



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



**FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA**

Trabalho de Conclusão

Consultório de Arquitetura e Engenharia – um guia de implantação de assistência técnica para ocupações informais

**Profissional Residente: Arquiteta e Urbanista Constança Gabriela Metzker Castro
Orientadora: Profa. Ma. Heliana Faria Mettig Rocha
Co-Tutor: Prof. Me. João Maurício Santana Ramos**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA
Janeiro de 2015

CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Arq. e Urbanista Constança Gabriela Metzker Castro
Especialista em Educação Ambiental
Tutora: Profa. Ma. Heliana Faria Mettig Rocha
Co-Tutor: Prof. Me. João Maurício Santana Ramos

Colaboração:

A equipe de residentes foi formada pela autora e por mais 04(quatro) arquitetos e urbanistas, sendo um dos quais, também, engenheiro, a saber:

1. Arquiteto e Urbanista Adelaide Cristina Rosas Luna
2. Arquiteto e Urbanista Paolo Giovanni Pelegrini
3. Arquiteto e Engenheiro Stefano Pisanu
4. Arquiteto e Urbanista Thais Sales Gonçalves

Consultoria:

Professor Me. Luiz Edmundo Prado de Campos – Engenheiro Civil - Politécnica UFBA
Robério Bezerra – Engenheiro Civil – Especialista em saneamento e drenagem
Régia Barreto – Assistente Social – FML/PMS

Apoio:

Associação Ideologia Calabar

Base Comunitária de Segurança de Salvador

Biblioteca Comunitária Calabar

Grupo de Mulheres do Calabar

SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Data: 12-12-2014

Local: Salão do Núcleo de Extensão, às 08h00min.

Residente: CONSTANÇA GABRIELA METZKER CASTRO (Arquiteta e Urbanista - UFBA)

Título: Consultório de Arquitetura e Engenharia – um guia de implantação de assistência técnica para ocupações informais

Membros da Banca:

Tutora: Profa. Arqta. Ma. Heliana Faria Mettig Rocha

Co-Tutor: Prof. Arqto. Me. João Mauricio Santana Ramos

Membro Interno: Arqta. Dra. Maria Suzana Moura

Membro Externo: Artista Plástica, Ma. Denise Noronha de Oliveira (Mestre em Gestão Social)

Representantes da Comunidade: Justina Santana da Silva - Grupo de Mulheres do Calabar

Tereza Cristina Soares – Grupo de Mulheres do Calabar

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais Lú e Bira, ao meu amado esposo e companheiro de jornada Eduardo, aos meus preciosos filhos, Brenno e Enzo, pelo amor e incentivo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi feito por muitos corações, apertados, palpitados, ansiosos, serenos, aflitos ou pacificados principalmente, daqueles que por curiosidade, desespero ou esperança, apostaram e confiaram no projeto, que correram para chegar e alcançar os horários do Consultório propostos para o atendimento ao público, que abriram não só as portas de suas casas, mas que contaram, em detalhes, suas vidas e que se deixaram flagrar, sem reservas, na intimidade de seus lares. Sim, porque todos os nós foram desfeitos, as cordas retiradas, os tapumes removidos, os arames retorcidos, as cortinas afastadas, os colchões enrolados, as luzes acesas, as escadas posicionadas para que eu pudesse subir, descer, passar, entrar, sentar, enfim, estar em cada cantinho de suas moradas.

A todos os moradores do Calabar e Alto das Pombas, muito obrigada!

Agradeço especialmente:

- À Professora Doutora Any Brito Leal Ivo por ter me despertado o interesse em participar da Residência;
- À Professora Doutora Ângela Gordilho Souza pelos ensinamentos e incansável entusiasmo;
- À Professora Mestra Heliana, minha tutora, pelos providenciais questionamentos;
- Ao Professor Mestre João Maurício, meu co-tutor, pelo seu incentivo e elogios ao projeto;
- A Professora Mestra Luciana Calixto pela disponibilidade;
- A Professora Mestra Renata Burlachinni pela disposição e sensibilidade;
- A secretária Silvandira pelo acolhimento e carinho;
- A Equipe Calabar: Adelaide, Paolo, e em especial a Thaís e Stefano, meus companheiros diários no Consultório, pela amizade e companheirismo;
- A todos os “clientes” do Consultório pela confiança depositada no propósito deste trabalho;
- Aos membros da associação Ideologia Calabar, Rodrigo e Rosana e, em especial, a Justina Santana pelo acolhimento na Biblioteca e pela incansável disposição para nos guiar pelas ruas e vielas do Calabar e Alto das Pombas sem a qual este projeto, provavelmente, não poderia ter se realizado;
- A professora Nilza de Jesus Santos, presidente do Grupo de Mulheres do Calabar e diretora da Escola Aberta, pela calorosa receptividade e histórias contadas;
- A moradora e, também, cliente do Consultório, Carmen Maria Souza Santos por se fazer de guia em diversas ocasiões sempre com muita alegria e proximidade;
- Aos colegas de turma pelo convívio e aprendizado. RAUE!
- A todos aqueles que por acaso não citei, mas que contribuíram para realização deste trabalho, agradeço.

**“Lâmpada para os meus pés é a tua palavra
e luz para os meus caminhos” Sl.119,105**

“Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtroz a esperança mesmo do macio do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado...” Grande sertão: veredas – p.237, de J. Guimarães Rosa - Ed. N. Fronteira, 2005

**“Conto o que fui e vi, no levantar do dia.”
Auroras – J. Guimarães Rosa**

METZKER CASTRO, Constança Gabriela. *Consultório de Arquitetura e Engenharia – um guia de implantação de assistência técnica para ocupações informais*. Projeto (Especialização) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade. Residência profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, UFBA, Salvador, 2014.

RESUMO

O presente trabalho pretende ser um Guia, composto de rotinas, formulários e orientações, com o intuito de servir como instrumento de apoio, a exemplo de um manual de instruções, sistematizado e organizado para a implantação de um local para oferecer consultas gratuitas a comunidades e assentamentos de baixa renda. Proposto pela autora está à montagem do Consultório de Arquitetura e Engenharia (CAE), instalado na Biblioteca Comunitária do Calabar (BCC), através do qual está sendo possível realizar entrevistas com os moradores, cadastros, projetos, croquis e registros fotográficos das moradias, de sorte a funcionar como um catalisador das ações de graduandos e pós-graduandos na interação e investigação do cotidiano dessa comunidade, com vistas a realização de consultas, orientações, encaminhamentos, diagnóstico e identificação de problemas da população em evidência, de forma mais célere e confiável. A prestação de assistência técnica, com orientação, além da promoção de oficinas, palestras e mini-cursos ofertados pelos “residentes” durante a permanência do Consultório, visa elevar a qualidade das condições de vida local, e em outra via, não só, facilitar a coleta de dados essenciais ao projeto de pesquisa, como o fomento a formação de profissionais em níveis de graduação, pós-graduação e extensão, com foco nas áreas de assistência técnica em comunidades. Contém, também, um breve histórico da assistência técnica e das políticas sociais vigentes. Conclui que, para além de seguir as diretrizes deste guia, com a padronização dos procedimentos, está a compreensão da importância do compromisso com as mais diversas interfaces: moradores, territórios e instituições, fundamentais a se atingir, a excelência técnico-operacional, e o aprendizado da capacidade, extraordinária dos membros dessas comunidades, de adaptação às condições adversas, quotidianamente encontradas, considerando os inesgotáveis e frágeis pontos, a serem minuciosamente examinados, nesses territórios.

Palavras-chave: Guia – Consultório - Assistência Técnica em Habitação Social – Direito à Cidade – Universidade

METZKER CASTRO, Constança Gabriela. *Architecture and Engineering office - a service deployment guide for informal settlements*. Design (Specialisation) - Graduate Program in Architecture and Urbanism. Specialization in Technical Assistance for Housing and Right to the City. Professional residence in Architecture, Urban Planning and Engineering, UFBA, Salvador, 2014.

ABSTRACT

This paper is intended as a guide, composed of routines, forms and guidelines, in order to serve as a support instrument, like an instruction manual, systematic and organized for the implementation of a place to offer free consultations to communities and low-income settlements. Proposed by the author, is the assembly of Architecture and Engineering Office (CAE), installed in the Community Library of Calabar (BCC), by which being can conduct interviews with residents, records, projects, sketches and photographic records of the villas, lucky to function as a catalyst for undergraduate and graduate students actions on interaction and investigation of the everyday life of this community, with a view to consultation, guidance, referrals, diagnosis and identification of population problems in evidence, more quickly and reliable. The provision of technical assistance, with guidance, and promotion of workshops, lectures and short courses offered by the "residents" while within the Office, aims to raise the quality of local life conditions, and in addition, to not only facilitate the collection of essential data to the research project, such as encouraging the training of professionals in undergraduate, graduate and extension, focusing on the areas of technical assistance in communities. It also contains a brief history of technical assistance and existing social policies. Concludes that, in addition to following the guidelines in this guide, with the standardization of procedures, is understanding the importance of commitment to the various interfaces: residents, territories and institutions, fundamental to achieve the technical and operational excellence, and the learning ability, extraordinary members of these communities to adapt to adverse conditions, daily found, considering the inexhaustible and weaknesses, to be thoroughly examined in these territories.

Key words: Guide - Office – Social Housing Technical Assistance – Right to the City - University

METZKER CASTRO, Constança Gabriela. *Architecture et Ingénierie bureau - un guide de déploiement de services pour les établissements informels*. Projet (spécialisation) - Programme d'études supérieures en architecture et d'urbanisme. Spécialisation en assistance technique pour le logement et droit à la ville. Résidence professionnel en architecture, urbanisme et ingénierie, UFBA, Salvador, 2014.

RÉSUMÉ

Ce document est conçu comme un guide, composé de routines, des formes et des lignes directrices, afin de servir comme un instrument de soutien, comme un manuel d'instruction, systématique et organisé pour la mise en œuvre d'un endroit pour offrir des consultations gratuites aux communautés et établissements à faible revenu. Proposé par l'auteur, est l'ensemble de l'architecture et de génie Bureau (CAE), installé dans la bibliothèque communautaire de Calabar (BCC), qui peut être mener des entrevues avec les résidents, des dossiers, des projets, des croquis et des documents photographiques des villas, la chance de fonctionner comme un catalyseur pour les étudiants de premier cycle et des cycles supérieurs actions sur l'interaction et l'enquête de la vie quotidienne de cette communauté, en vue d'une consultation, d'orientation, d'aiguillage, le diagnostic et l'identification des problèmes de population en preuve, plus rapidement et plus fiable. La fourniture d'une assistance technique, des conseils, et la promotion des ateliers, des conférences et des stages de courte durée offerts par les «résidents» tout au sein du Bureau, vise à améliorer la qualité des conditions de vie locales, et en plus, non seulement pour faciliter la collecte de données essentielles au projet de recherche, comme encourager la formation des professionnels de premier, deuxième et l'extension, en se concentrant sur les domaines de l'assistance technique dans les communautés. Il contient également un bref historique de l'assistance technique et les politiques sociales existantes. Conclut que, en plus de suivre les directives de ce guide, à la normalisation des procédures, est la compréhension de l'importance de l'engagement des différentes interfaces: les résidents, les territoires et les institutions, fondamentales pour atteindre l'excellence technique et opérationnelle, et de la capacité, les membres extraordinaires de ces communautés à se adapter à des conditions défavorables apprentissage, tous les jours trouvé, compte tenu des inépuisables et les faiblesses, être vérifiées de ces territoires.

Mots-clés: Guide - Bureau – L'assistance technique dans le logement social – Droite à la ville - L'université

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASNUC - Associação de Mulheres Unidas do Calabar
AVANTE – Educação e Mobilização Social
BCC – Biblioteca Comunitária do Calabar
BCS – Base Comunitária de Segurança
CAE - Consultório de Arquitetura e Engenharia
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CAU- Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil do Calabar
FEM - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Municipal
FERFA - Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente
FML – Fundação Mário Leal Ferreira
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JUC – Jovens Unidos do Calabar
OAB - Organização dos Advogados Brasileiros
ONG - Organização Não Governamental
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PMS – Prefeitura Municipal de Salvador
RENURB – Companhia de Renovação Urbana de Salvador
SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

- Fig. 1-2:** Flagrantes das condições de vida da população moradora do Calabar nos anos de 1980)
- Fig. 3-4:** Registros da passeata histórica do Calabar que mobilizou grande parte da comunidade nos anos de 1980
- Fig. 5:** Faixa - convite à comunidade para participar do mutirão de construção da Escola Aberta
- Fig. 6:** BCS. Fonte: Google 2014
- Fig. 7:** Praça 11 de maio. Fonte: acervo Equipe Calabar
- Fig. 8:** Entrada da Av. Benício Ramos
- Fig. 9:** Pontos comerciais na avenida principal
- Fig. 10:** Rua Teixeira Mendes
- Fig. 11:** Principal escola do Alto das Pombas
- Fig. 12:** Crianças na reinauguração do Posto de Saúde
- Fig. 13:** Creche Municipal
- Fig. 14:** Escola Aberta pertencente a comunidade
- Fig. 15:** Cooperativa de costura
- Fig. 16:** Fachadas defronte a Praça do JUC
- Fig. 17:** Praça do JUC
- Fig. 18:** Áreas de convívio e lazer da comunidade
- Fig. 19:** Áreas de convívio e lazer da comunidade
- Fig. 20:** Barracas de comércio local
- Fig. 21:** Barracas que tem funcionamento noturno
- Fig. 22:** Visão panorâmica do comércio da Praça 11 de maio – Calabar
- Fig. 23:** Escadaria - Calabar para A. das Pombas
- Fig. 24:** Vista à cavaleiro da escadaria
- Fig. 25:** Ladeira com piso cimentado
- Fig. 26:** Ladeira com elementos antiderrapantes
- Fig. 27:** Área verde desmatada na comunidade
- Fig. 28:** Área verde preservada pelo difícil acesso
- Fig. 29:** Área verde queimada
- Fig. 30:** Área verde preservada pelo difícil acesso
- Fig. 31:** Sacos de lixo no prego evitam ataque de animais
- Fig. 32:** Esgoto a céu aberto
- Fig. 33:** Lixo acumulado em rampa
- Fig. 34:** Esgoto a céu aberto em frente as casas
- Fig. 35:** Assistente Social e 1ª. Cliente
- Fig. 36:** Fachada BCC
- Fig. 37:** Atendimento assistido por residente
- Fig. 38:** Consultório na BCC
- Fig. 39:** Capa do Guia

MAPAS TEMÁTICOS

Mapa Temático 1 - Perímetro das Comunidades do Calabar e Alto das Pombas e localidades do entorno

Mapa Temático 2 - Comunidade do Calabar/Alto das Pombas – áreas eleitas por cada residente para o desenvolvimento do trabalho individual e específico

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipologia, uso e tempo de moradia

Gráfico 2 – Estrutura familiar

Gráfico 3 – Distribuição dos moradores entrevistados por sexo

Gráfico 4 – Renda total da família (em salários mínimos)

Gráfico 5 – Origem da Renda e/ou Benefício

Gráfico 6 – Propriedade da casa.

Gráfico 7 – Tipo de terreno

Gráfico 8 – Quantidade de cômodos.

Gráfico 9 – Localização do banheiro

Gráfico 10 – Coleta do lixo

Gráfico 11 – Rua que sua família mora

Gráfico 12 – Ruas do bairro

Gráfico 13 – Pavimentação das ruas

Gráfico 14 – Arborização das ruas

Gráfico 15 – Praças da comunidade

Gráfico 16 – Formas de lazer.

Gráfico 17 – Degradação ambiental

Gráfico 18 – Tipos de poluição

Gráfico 19 – Problemas decorrentes da poluição

Gráfico 20 – Atividades educativas x poluição

SUMÁRIO

1. Área, comunidade e termo de cooperação	14
1.1. Nome do bairro e localidade	14
1.2. Nome da(s) Associação (ções) Parceira(s) e Personalidade Jurídica	14
1.3. Endereço completo e Telefone/E-mail/ Website/ Blog	14
1.4. Nome e função do representante legal e principais lideranças para contato	14
1.5. Parceiros na comunidade.....	14
1.6. Termo de cooperação e doação do projeto à comunidade/entidade	14
2. Descrição da área, problemática e justificativa para a proposta de assistência técnica	15
2.1. Breve Histórico Calabar	16
2.2. Breve Histórico Alto das Pombas	21
2.3. Caracterização sócio-econômica da área.....	22
2.4. Pesquisa, diagnóstico participativo e sócio-ambiental do Calabar.....	26
3. Pesquisas, oficinas e metodologias na definição da proposta de assistência técnica.	37
3.1 Metodologia de aproximação coma comunidade adotada pela Equipe	37
3.2. O Consultório de Arquitetura e Engenharia (CAE)	37
3.3. A Oficina	38
3.4. Os resultados obtidos para definição dos projetos específicos.....	39
3.5. Projeto específico no âmbito da proposta coletiva	42
4. Projeto proposto, abordagem conceitual e planejamento das próximas etapas previstas para desenvolvimento e implantação do projeto.....	44
4.1 O objetivo geral	44
4.2 Objetivos específicos.....	46
4.3 Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva, conceitos adotados.....	47
5. Definição de conteúdos, programa, detalhamentos e outras definições do projeto	48
5.1 O Projeto	48
6. Cronograma previsto (prazos para próxima etapa).....	85
7. Equipe Técnica e Orçamento previsto (desenvolvimento da próxima etapa do projeto)	86
7.1 Composição da equipe técnica, recursos humanos, formação profissional e custo da equipe técnica, por hora/serviços	86
7.2. Serviços complementares e consultorias especializadas	87
7.3. Gastos com transporte, aluguel de equipamentos, publicações, capacitação etc.	87
8. Viabilidade institucional, econômica e financeira possibilidades de parcerias governamentais, institucionais e privadas	90
9. Anexos.....	90

1. Área, comunidade e termo de cooperação

1.1. Nome do bairro e localidade

Comunidades do Calabar e Alto das Pombas, localizadas entre os bairros de Federação, Barra e Ondina.

1.2. Nome da(s) Associação (ções) Parceira(s) e Personalidade Jurídica

Associação Ideologia Calabar (entidade mantenedora da Biblioteca Comunitária do Calabar) e Grupo de Mulheres do Calabar.

1.3. Endereço completo e Telefone/E-mail/ Website/ Blog

Instituição mantenedora: Associação Ideologia - Calabar, Salvador/BA

Funcionamento: Segunda a Sexta das 8h às 12h e das 14h às 18h

Endereço: 1ª. Travessa do Calabar, s/n- prédio do PROVIDA - Praça 11 de Maio - Calabar

Telefone: (71) 3331-0454/ (71)8723.8665 Rodrigo (71) 8895-7957 Rosana (71) 8711-7664 e (71) 9331-6078 - Justina Santana

Email: bibliotecadocalabar@yahoo.com.br

1.4. Nome e função do representante legal e principais lideranças para contato

Rodrigo Rocha Pita (Rodrigo Calabar) – presidente da Associação Ideologia Calabar;

Rosana Oliveira – vice-presidente da Associação Ideologia Calabar;

Justina Santana da Silva – conselheira fiscal da Associação Ideologia Calabar; do Grupo de Mulheres do Calabar; Conselheira no Conselho Municipal de Saúde

1.5. Parceiros na comunidade

Carmen Maria S. Santos, Gilson Magalhães (Ciba), Lindalva Amorim, Maria de Fátima Gavião, Margareth Martinez Falcão (AVANTE), Nilza de Jesus Santos, Yuri Reis Silva.

1.6. Termo de cooperação e doação do projeto à comunidade/entidade¹

A minuta desse termo de cooperação será fornecida pela RAUE/UFBA e, posteriormente, constará como documento anexo.

2. Descrição da área, problemática e justificativa para a proposta de assistência técnica

A escolha das comunidades do Calabar e Alto das Pombas, atendidas pelo Programa Pacto Pela Vida, realizado pelo Governo do Estado em parceria com o Ministério Público deu-se, inicialmente, por ser uma das opções entre as demandas ofertadas pelo referido Ministério como área de trabalho para os “residentes” da especialização com maior proximidade geográfica com a Escola de Arquitetura da UFBA e ao mesmo tempo, pela facilidade de deslocamentos entre estas e os domicílios dos residentes que optaram por essa área como locus do trabalho.

A localização facilitou o contato mais frequente com as comunidades, a imersão no território de forma mais intensa, o acompanhamento das oficinas e demais práticas mais de perto. Além disso, em ambas as visitas guiadas para conhecimento prévio da área, a permanência nesses referidos locais foi maior, do que nas demais áreas, o que favoreceu o registro fotográfico e um tempo mais extenso em contato com os líderes dessas comunidades.

A percepção da Biblioteca Comunitária, como um espaço adequado para as oficinas de aproximação, e para os encontros frequentes da turma com a população, e com as lideranças locais, também, contou para a escolha da área. Ao decidir trabalhar com comunidades já consolidadas, onde vários grupos e associações já atuam, ficou clara a necessidade de envolvê-los, buscando a participação destes, como colaboradores, mediadores e intérpretes da realidade que se apresenta.

A maior parte dos atendimentos e propostas para a área foi concentrada na comunidade do Calabar, uma vez que uma das maiores lideranças do Alto das Pombas foi refratária à possibilidade de que um dos trabalhos da equipe tivesse em seu conteúdo a proposta de regularização fundiária daquela área.

Ambas são comunidades pobres, derivadas da ocupação informal e autoconstrução, caracterizada como vale com encostas voltadas para o Jardim Apipema (Ondina – bairro nobre), para o Campo Santo (cemitério localizado na Federação) e Alto das Pombas (comunidade da Federação, ao redor e nos fundos do cemitério do Campo Santo), são habitadas por aproximadamente 22 mil pessoas, em mais de 6000 domicílios (IBGE,2010). Possuem entradas, pela parte alta (colina, no bairro da Federação), pela Rua Teixeira Mendes, ao lado do Cemitério, para o Alto das Pombas, e outras duas para o Calabar (vale), uma pela Avenida Centenário (bairro da Barra) e outra na Rua Sabino Silva (bairro de Ondina).

Mapa Temático 1

Perímetro das Comunidades do Calabar e Alto das Pombas e localidades do entorno



Fonte: Equipe Calabar – Residência AU+E

2.1. Breve Histórico Calabar

O Calabar está situado num vale sobre um dos coletores do Rio do Seixas, seus limites não são precisos porque na medida em que a atividade aumenta suas bordas se fundem a comunidade do Alto das Pombas, encravada numa colina, aparentemente, formando um só tecido. A localização da referida comunidade é uma das mais privilegiadas da cidade de Salvador, vizinha de bairros tradicionais como Barra e Ondina, mas mesmo se encontrando tão próxima, não conta com a infraestrutura dos bairros do seu entorno.

O início de sua ocupação ocorreu nas décadas de 1940 a 1950, no entanto, existem duas versões sobre seu aparecimento. A primeira diz que no local era uma antiga fazenda, a Fazenda São Gonçalo, e nela algumas pessoas passaram a construir suas moradias, esta uma versão mais simples e comum ao surgimento de vários bairros de Salvador. A outra versão, contada pelo historiador Cid Teixeira, diz que o local teve início ainda no período escravista brasileiro, período esse que só teve seu fim em 1888. Tem sua origem como um quilombo, feito por escravos oriundos do norte da Nigéria de uma área chamada Kalabari que, aqui, fugiram de seus senhores.

A despeito das histórias que circulam sobre o aparecimento mais antigo do local, foram nas décadas de 1950 a 1960 que o Calabar passou a ter a configuração espacial que hoje possui, quando a comunidade recebeu uma população muito maior, vinda de levas de famílias expulsas de outros lugares da cidade e de famílias do interior do estado, motivadas pelo êxodo rural, a se estabelecer na capital baiana em busca de melhores condições de vida e novas oportunidades de trabalho.



Fonte: livro "Cala a Boca Calabar" de Fernando Conceição

A partir do final de 1960, o bairro observa um crescimento grande com a chegada dos imigrantes da zona rural e de famílias inteiras expulsas de outros locais da cidade pelo poder público. Neste momento, ocorre o fortalecimento e a organização de grupos do bairro para reivindicarem direitos básicos como: moradia, saúde, educação. Em 11/11/80, o decreto no. 6.037, declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 79.354m², onde está situado o Calabar.

O dia 11 de maio de 1981 foi marcado pela maior mobilização popular da comunidade, que culminou no Movimento de Luta e Permanência no Calabar e sua maior manifestação, uma passeata que recebeu o nome de Caminhada da Esperança. Nesta manifestação, onde o JUC (Grupo de Jovens Unidos do Calabar) esteve à frente, e contou com a massiva participação dos moradores, foi reivindicada a permanência da população no local. A história começa em 1979, quando a prefeitura anunciou que pretendia realocar todos os habitantes do Calabar para outro lugar de Salvador. Irredutíveis, os moradores passaram a cobrar novo posicionamento do prefeito, que acabou optando pela permanência da comunidade, com a legalização da ocupação. A

data da Caminhada da Esperança permanece como um marco importante da capacidade de mobilização e resistência da comunidade, conforme atesta as fotos da época.



Passeata histórica do Calabar, 11 de maio de 81. No prédio que aparece à direita, ao fundo, funciona a Câmara de Vereadores.



Manifestação do "Dia Nacional de Luta contra o desemprego", outubro de 81.

Fig.3 (à esquerda)

e

Fig. 4 (à direita) –

Registros da passeata histórica do Calabar que mobilizou grande parte da comunidade nos anos de 1980

Fonte: Imagens do livro "Cala a Boca Calabar" de Fernando Conceição

A população acreditou, não apenas, no direito de permanecer onde estava, mas também de exigir melhorias definitivas para o lugar, sem fazer nenhuma concessão. Neste período, apesar de reivindicar melhorias infraestruturais, os esforços da comunidade continuavam concentrados na luta pelo título da terra.

A primeira intervenção da Prefeitura ocorreu só a partir daí, tendo sido iniciada em agosto de 1981, com trabalhos realizados pela RENURB e se prolongou até setembro de 1982, quando foi considerado cumprido o programa de obras de urbanização previsto para a área, que contemplava a construção de rampas e escadarias drenantes, a partir da rua principal, a rua Nova do Calabar, que foi pavimentada e drenada, e permitiria o acesso de veículos, serviços de água, esgoto e energia elétrica, bem como a coleta de lixo, extensiva para toda a área. Planos, porém que foram parcialmente cumpridos.

A segunda intervenção ocorreu a partir de 1990, quando a Fundação José Silveira, em parceria com a comunidade do Calabar, elaborou o Plano Integrado do Calabar, cujas metas eram tornar a ocupação valorizada e integrada à cidade de Salvador. Esta parceria objetivava a melhoria na qualidade de vida da população, através de ações nas

áreas de saneamento, educação, saúde e habitação.

A última intervenção, significativa, só veio a ocorrer em fins de 1998, quando um projeto da Prefeitura - Viver Melhor - em convênio com o Estado, retirou a população da área mais carente - Jardim das Mangueiras - e construiu casas do tipo apartamentos geminados, com toda a infraestrutura. [...]. (GIUDICE; SOUZA, 2000). Ainda nessa intervenção, a localidade foi parcialmente urbanizada através do Programa do Governo do Estado da Bahia, com recursos dos governos federal e estadual com investimentos em saneamento, circulação, contenção de encostas, construção de novas moradias e melhorias habitacionais. Entretanto, essas intervenções não contemplaram a regularização fundiária das áreas, o que vem sendo, há décadas, objeto de reivindicação de toda a comunidade.

Ao longo de sua história, o Calabar já foi alvo de diversas investidas civis e estatais visando à sua desapropriação, todas sob o argumento da irregularidade e táticas reprodutoras do plano elitista de afastar os “favelados” do entorno de moradias burguesas. Assim, a área do Calabar foi diminuindo, principalmente ao lado do Jardim Apipema, no Mirante, onde os moradores antigos acabaram vendendo suas terras para a Construtora José Lessa Ribeiro, que aí construiu mansões e o Conjunto Residencial São Paulo. Entretanto, graças a sua organização política, grande parte da comunidade sempre se manteve coesa e resistiu bravamente em meio às carências sanitárias e sociais, permanecendo no local até hoje.

Outro símbolo da conquista da sua população é a Escola Aberta do Calabar, construída em 1982 através de mutirão local e que atende crianças do ensino infantil (44) e fundamental I (67), desenvolvendo, de acordo com a entidade, “um trabalho educacional com caráter de militância/sócio-educativo”¹. A escola também oferece atividades de teatro, música e movimentos corporais disponibilizadas para os alunos no turno oposto ao da frequência à escola.²

¹ <http://escolaabertadocalabar.blogspot.com.br/>

² Diagnóstico socio-ambiental Grupo Sementeira



Fig. 5 – Faixa - convite à comunidade para participar do mutirão de construção da Escola Aberta

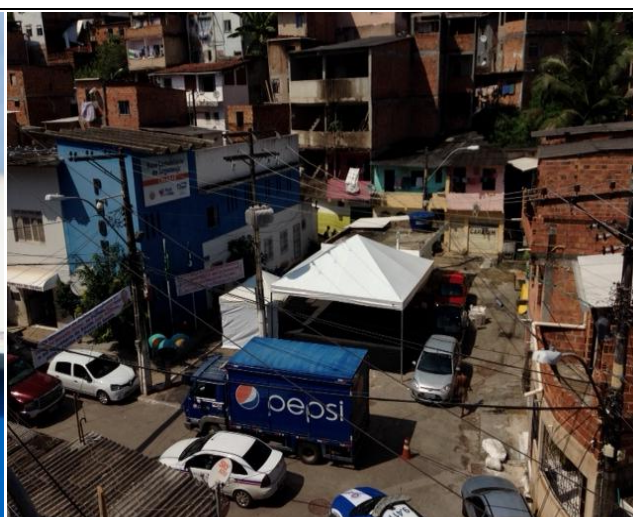
Fonte: Imagem do livro “Cala a Boca Calabar” de Fernando Conceição

A histórica ausência do Estado, também, fez o Calabar ganhar notoriedade na mídia pelo alto índice de homicídios e ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas. Os recorrentes embates entre gangues rivais que traficavam, abertamente, no local fizeram o bairro ser considerado um dos mais violentos da cidade. Por essa razão, em 27 de abril de 2011, o Calabar recebeu a primeira Base Comunitária de Segurança de Salvador (BCS), inserida no programa de Estado Pacto Pela Vida, anunciado como nova política pública de Segurança. Segundo dados do governo a partir de relatórios da própria BCS, houve uma redução de cerca de 90% nas ocorrências de violência no Calabar.

Os moradores reconhecem que a chegada da BCS trouxe um novo ciclo de desenvolvimento para o Calabar, diferente da imagem violenta sempre veiculada nos jornais. Entretanto, percebem que, aos poucos, o Programa Pacto pela Vida vem sendo diminuído em razão de alianças e conchavos político-eleitoreiros, o que compromete a efetividade das atividades da BCS, esvaziadas no último ano. A BCS atua tanto no Calabar como na comunidade vizinha, Alto das Pombas.



Fig.6: BCS. Fonte: Google 2014



e **Fig.7:** Praça 11 de maio. Fonte: acervo Equipe Calabar

2.2. Breve Histórico Alto das Pombas

O Alto das Pombas está localizado no bairro da Federação, predominantemente residencial, embora, grande parte, dos estabelecimentos comerciais esteja localizada em sua via principal, única entrada carrocável, a Rua Teixeira Mendes, sendo que as demais ruas possuem saídas, para o Calabar e Av. Sabino Silva, apenas para pedestres.

O nome do bairro, segundo relatam alguns moradores, se deve ao fato de que muitos caçadores procuravam o local, que fica numa colina, para caçar pombos. O largo principal, praticamente, ao fim da Rua Teixeira Mendes, é famoso por ser um espaço destinado a eventos, culturais, gastronômicos e de mobilizações políticas.

O lugar é conhecido, também, pela proximidade com o Cemitério do Campo Santo, inclusive, grande parte dos terrenos, onde foram construídas as habitações, ainda, pertencem a Santa Casa de Misericórdia. Entre seus principais equipamentos públicos estão a Unidade de Saúde, a Escola Tertuliano de Góes, a Lavanderia Comunitária Nossa Senhora de Fátima (criada nos anos 50 do século XX) e a Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima.



Fig. 8: Entrada da Av. Benício Ramos principal



Fig. 9: Pontos comerciais na avenida



Fig.10: Principal escola do Alto das Pombas



Fig.11: Rua Teixeira Mendes

Fonte: Equipe Calabar – Residência AU+E

Possui, segundo o IBGE 2010, uma população de 3793 habitantes, o que corresponde a 0,16% da população de Salvador, concentra 0,15% dos domicílios da cidade, estando 25,96% dos chefes de família situados na faixa de renda mensal de 0,5 a 1 salário mínimo. No que se refere à escolaridade, 34,40% dos mesmos têm de 4 a 7 anos de estudos.

2.3. Caracterização sócio-econômica da área

Hoje, a área do Calabar constitui-se em Zona Especial de Interesse Social do tipo I (ZEIS I), segundo o PDDU (2008), mas ainda não foi regularizada com legislação urbanística específica. Embora já tenha sofrido algumas intervenções públicas referentes ao saneamento básico, conforme relatado, a comunidade ainda não possui infraestrutura adequada de esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo.

O Calabar já possui equipamentos público-comunitários, ainda que não atendam em número e qualidade a todos os moradores, a saber: Posto de Saúde da Família; Escola Comunitária; Praça/Largo; campo de futebol; centro comunitário, biblioteca e creche municipal. A seguir, algumas imagens que referendam as informações.



Fig. 12: Crianças na reinauguração do Posto de Saúde



Fig.13: Creche Municipal



Fig. 14: Escola Aberta pertencente a comunidade



Fig.15 Cooperativa de costura

Fonte: Equipe Calabar – Residência AU+E

É habitada por aproximadamente 22 mil pessoas (incluindo Calabar e Alto das Pombas, em mais de 6.000 domicílios (IBGE, 2010). Possuem duas entradas, uma delas na Avenida Centenário (Barra), outra em Ondina.

O Calabar possui atualmente alguns projetos educativos e de melhoria da vida da população, em parceria com a UFBA, com a Fundação José Silveira e com a Avante. Na comunidade existem atividades de educação ambiental, de capoeira, teatro, dança e uma biblioteca comunitária que é organizada por jovens moradores e por lideranças locais. Na biblioteca ocorrem projetos de leitura, contação de histórias, oficinas de artesanato, além do sistema de empréstimos de livros, apresentação de poetas e diversas ações de cunho educativo.

Segundo um levantamento recente, da equipe do Programa Vizinhanças, foram identificados, diversos grupos e associações que atuam na comunidade, a saber: Biblioteca Comunitária do Calabar, Associação de Moradores: Sociedade Beneficente Recreativa do Calabar, Associação de Mulheres Unidas do Calabar (ASNUC), ISÔ Produções e Eventos, Ateliê Berimbanda Calabar, Escolinha de Futebol: Pé na bola - Olho na Escola, Grupo Renascer, Grupo Solidário de Ramos, Assembléia de Deus, CMEI – Calabar, Cooperativa Pedacinho de Sabor, Cooperativa Costurando Ideias (COOPERCID), Cooperativa Criando Artesanato (COOPERCRIA), Instituto Fatumbi, GAPA – Direitos Humanos, Grupo Comunitário de Basquete Calabar e Alto das Pombas (GCBCAP), Grupo Espírita Casa de Antonio, Grupo Renascer, Escola Aberta do Calabar, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Petencostal deus Conosco, Igreja Petencostal Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Ilê Axé Ejá Omi, Juspopuli, Kilombo Kalabaris, Resistência Capoeira Calabar, Unidade de Saúde da Família, Igreja Batista Monte Sião.

No Calabar as áreas de convivência da comunidade são pequenas e em número reduzido. Há uma pequena praça onde está instalada a Base Comunitária, e uma quadra de esportes, onde, geralmente, ocorrem eventos musicais, culturais e esportivos no bairro (apresentação de artistas, grupos de capoeira, de dança, de teatro, de música, jogos, etc) há, ainda, um largo em frente à Cooperativa de Costura, onde funcionam alguns bares, com piso elevado, mesas, cadeiras e sombreiros.



Fig. 16: Fachadas defronte a Praça do JUC



Fig.17: Praça do JUC



Fig.18: Áreas de convívio e lazer da comunidade

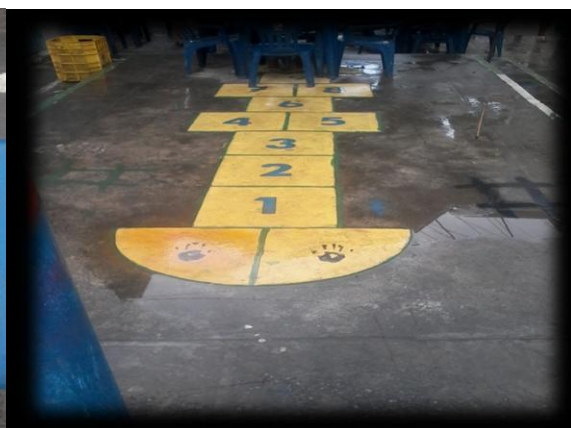


Fig.19: Áreas de convívio e lazer da comunidade

Fonte: Equipe Calabar – Residência AU+E

A religiosidade da população é bastante eclética, expressada através da presença de várias igrejas tanto de cunho evangélico como: Igreja Batista Monte Sião, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Deus Conosco e Igreja Universal do Reino de Deus, quanto do Grupo Espírita e do candomblé Ilê Axé Ejá Omi.

Quanto ao atendimento de saúde, a população conta com uma Unidade de Saúde da Família (USF), reformada e reinaugurada recentemente, e com 10(dez) Agentes de Saúde da Família, moradores da comunidade, que sob a coordenação de uma enfermeira, prestam atendimento domiciliar através de visitas periódicas, orientação e

acompanhamento do desenvolvimento de crianças, mulheres grávidas e assistência a idosos.

A economia do bairro é movimentada pelo comércio local que é composto de vários pontos comerciais que oferecem diversos tipos de produtos e serviços, como: barbearia, copiadora, *lan house*, bares, restaurantes de comida caseira, mercadinhos, padaria, marcenaria, barracas de frutas, barracas de produtos de limpeza, barracas de produtos veterinários e venda de pássaros, bancas de peixe, cooperativas de artesanato e costura, além de lojas de roupas femininas, oficinas e diversos ambulantes, estes últimos vem tendo apoio do Programa Vida Melhor que não só cadastra, como acompanha e qualifica esses pequenos empreendedores.



Fig.20: Barracas de comércio local noturno



Fig.21: Barracas que tem funcionamento noturno



Fig.22: Visão panorâmica do comércio da Praça 11 de maio – Calabar

Fonte: Equipe Calabar – Residência AU+E

Silva (2007) explica que o Calabar é subdividido internamente pelos próprios moradores. A entrada de Ondina consiste no início do chamado Largo do Camarão. Dois caminhos principais ligam uma ponta à outra. A Rua Nova do Calabar, conhecida como Rua de Cima, e a Rua do Riacho, chamada Rua de Baixo, liga o Camarão à Avenida Centenário (Barra). A localidade é caracterizada pela existência de vielas e becos, dificultando precisar-se ao certo onde começa uma rua e termina outra. Várias ruas começam em outro bairro e terminam no Calabar, como é o caso da Travessa Eliana Azevedo, que tem uma parte situada no “Pinga”. Há também ruas que não são

consideradas parte do Calabar pelos moradores, como a Rua Ranulfo Oliveira que, para alguns moradores, é Calabar enquanto, para outros, pertence ao Alto do Apipema.

2.4. Pesquisa, diagnóstico participativo e sócio-ambiental do Calabar

Quanto à tipologia das habitações (quantidade de pavimentos), tipos de uso e tempo de moradia, a equipe de residentes realizou pesquisa de campo e pode demonstrar em gráfico a situação atual encontrada.

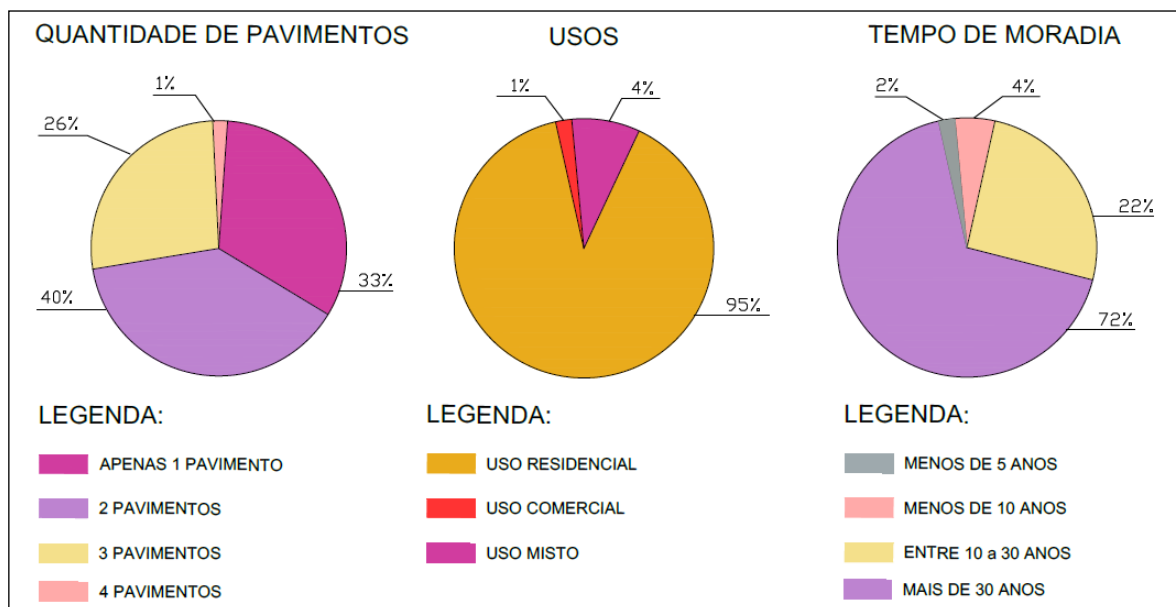


Gráfico 1: Tipologia, uso e tempo de moradia

Fonte: Equipe Calabar – Residência AU+E (pesquisa de campo realizada em novembro/2014)

Os dados da pesquisa diagnóstica realizada, em janeiro de 2014, pelo Projeto Sementeira em parceria com a AVANTE – Educação e Mobilização Social, com apoio do FERFA e da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia com fins a implementação da Agenda 21 no Calabar em 2014, gerou diversos gráficos, a seguir, apresentados e apontou, entre outros índices que das residências da comunidade pesquisadas, no item **estrutura familiar**, 43% abrigam famílias de 2 a 3 pessoas e 39,3% famílias de 4 a 5 pessoas. Apenas 5,6% dos moradores moram sozinhos. Conforme gráfico abaixo:

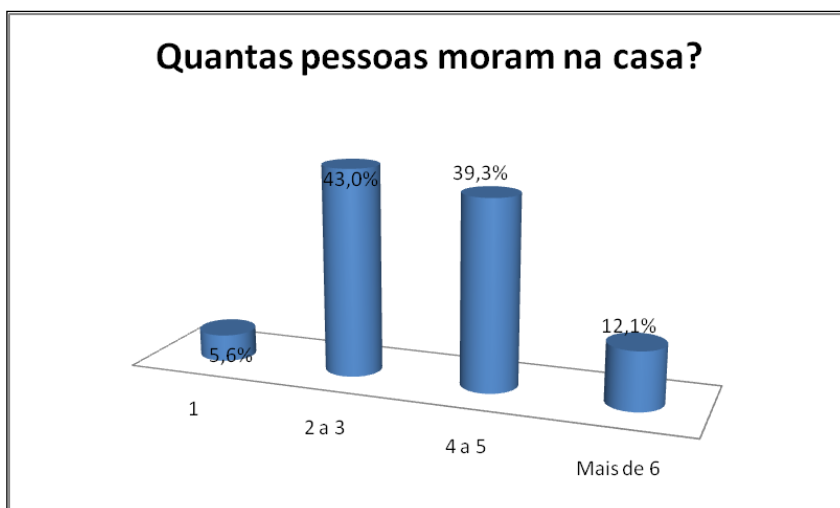


Gráfico 2 – Estrutura familiar

No que se refere ao **sexo** dos moradores entrevistados, conclui-se que 69,1% da população pesquisada é do sexo feminino e 30,9% do sexo masculino, conforme gráfico abaixo.

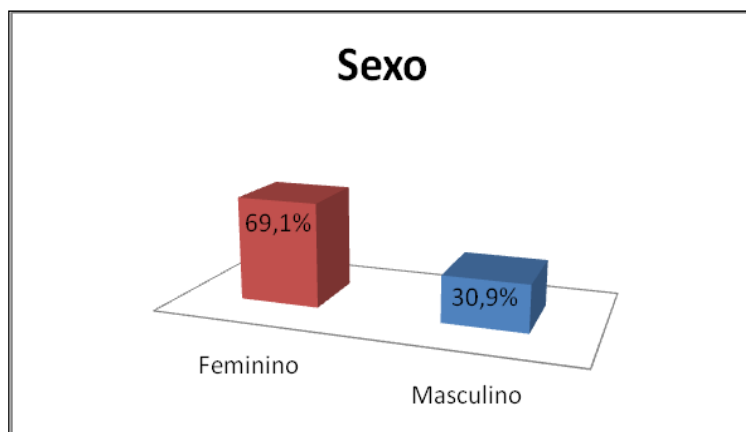


Gráfico 3 – Distribuição dos moradores entrevistados por sexo

Quanto a **renda**, cerca de 64% das famílias tem renda familiar mensal de dois salários mínimos ou mais, 90,4% moram em casa próprias.

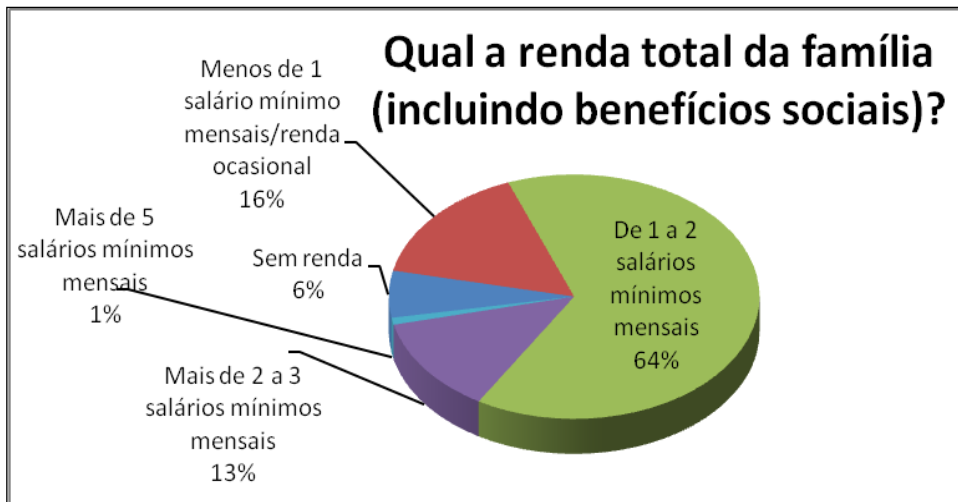


Gráfico 4 – Renda total da família (em salários mínimos)

Quanto à **infraestrutura**: 100% dos domicílios tem energia elétrica, 85% tem abastecimento de água tratada, 84% possuem rede de esgoto.

Segundo 67,9% dos entrevistados, não há coleta de resíduos sólidos porta a porta; 68,6% informaram que não há varrição de ruas e 60% informaram que os bueiros estão sempre entupidos.

Também, se pesquisou a **origem da renda/benefício** dos moradores, que constatou que 47,9% da população tem carteira assinada, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:

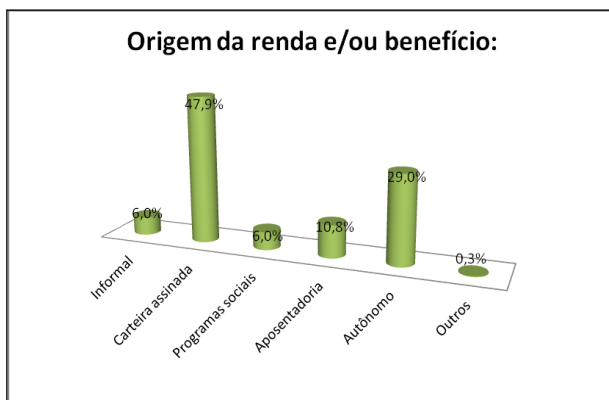


Gráfico 5 – Origem da Renda e/ou Benefício

Para a análise utilizou-se os seguintes pontos da pesquisa de campo: propriedade da casa, tipo de terreno, número de cômodos e existência de banheiro. Os dados obtidos revelam que:

- ✓ Casas próprias: 90,4%.

- ✓ Tipo de terreno: 90% plano, 8% inclinado e 2% alagadiço
- ✓ Número de cômodos na casa: 5 ou + (44,1%), 4 (39,1%), 3 (11,5%) sendo que a maioria (96,3%) possui banheiro dentro da casa, enquanto 3,4% possui banheiro fora de casa e 0,3% não possui banheiro.



Gráfico 6 – Propriedade da casa.

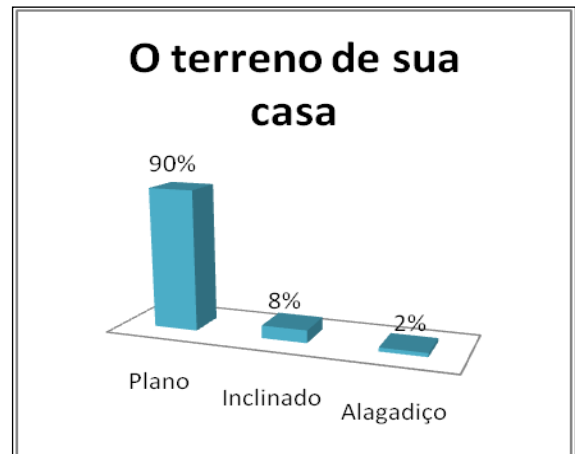


Gráfico 7 – Tipo de terreno

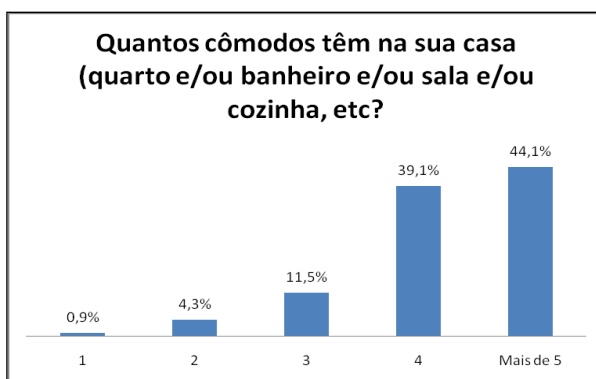


Gráfico 8 – Quantidade de cômodos.

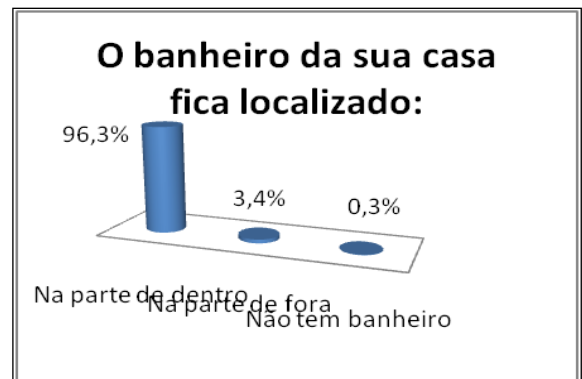


Gráfico 9 – Localização do banheiro

Cerca de 73% tem orgulho de morar no bairro, 68% acreditam que a educação pode resolver os problemas com som alto e o descarte correto de resíduos.

Dentre os problemas apontados que fazem os moradores desgostarem do local, 29,5% dizem que é por causa da violência; 16,5% dizem que são pelas brigas e confusões; 13% atribuem às drogas; 11,6% a falta de respeito entre as pessoas e 9,1% a poluição sonora.

A pesquisa, no local, confirmou que há poucas praças e áreas de lazer, restaram pouquíssimas áreas verdes, a presença de pássaros é pequena e o lixo é, diariamente, espalhado nas ruas, à presença de cachorros revirando sacos em busca de restos de alimentos e seus excrementos espalhados nas ruas, é uma constante.

Ao serem questionados sobre a **coleta de lixo** pelo órgão público, 67,9% afirmaram que não há coleta, enquanto 22,7% dizem que há coleta, porém sem um horário determinado e 9,3% afirmam que há coleta em horário previamente determinado.

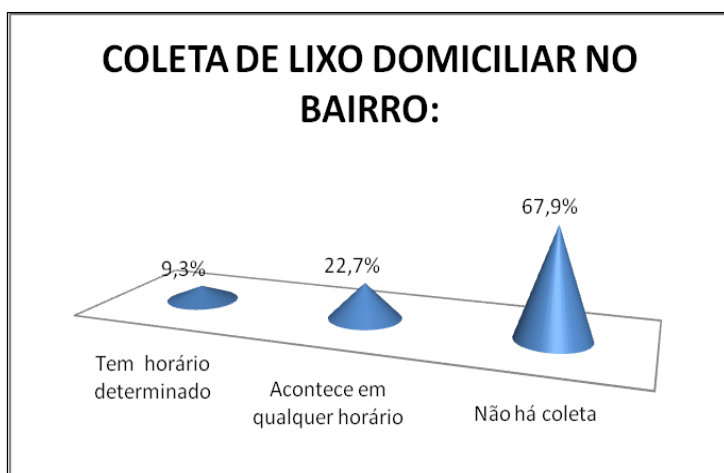


Gráfico 10 – Coleta do lixo

Sobre a **urbanização das ruas**, analisaram-se as informações sobre a amplitude das ruas, pavimentação, calçadas, arborização, presença de praças e formas de lazer.

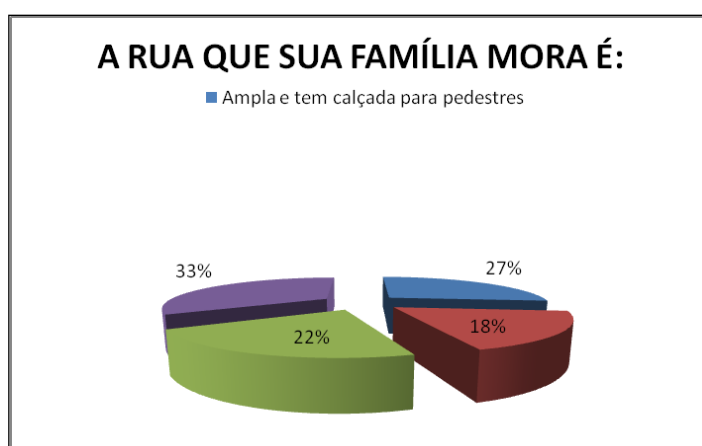


Gráfico 11 – Rua que sua família mora

A seguir, fotos dos acessos do Calabar para o Alto das Pombas com saída pela Avenida Benícios Ramos.



Fig.23: Escadaria - Calabar para A. das Pombas



Fig.24: Vista à cavaleiro da escadaria

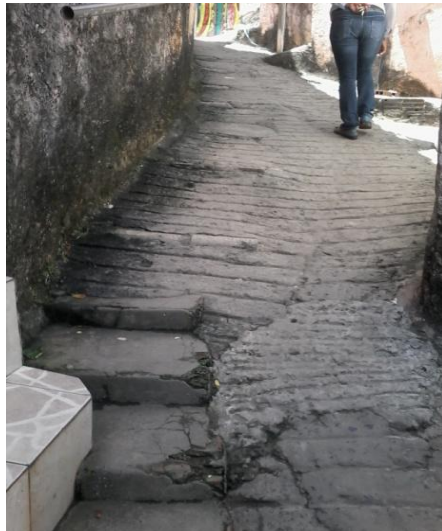


Fig.25: Ladeira com piso cimentado

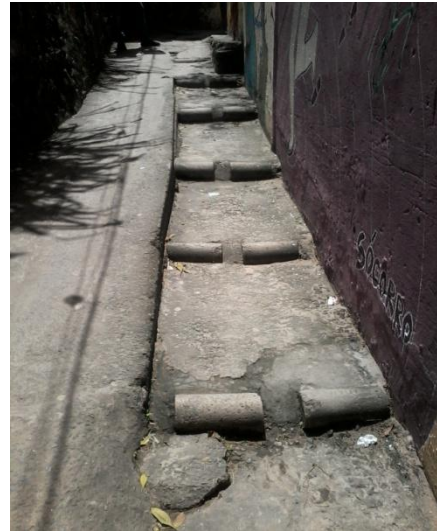
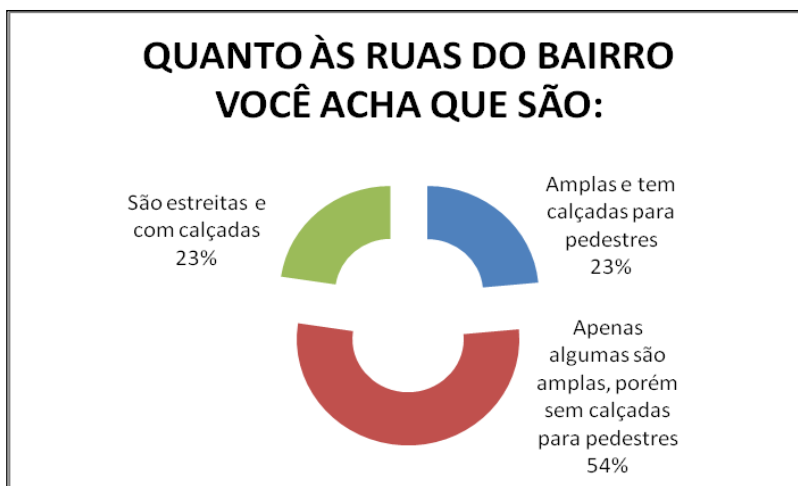


Fig.26: Ladeira com elementos antiderrapantes

Fonte: Equipe Calabar – Residência AU+E



Gráficos 12 – Ruas do bairro

Também foram perguntados sobre a **pavimentação das ruas, sobre a arborização e sobre as praças** e as respostas podem ser vistas nos gráficos abaixo:

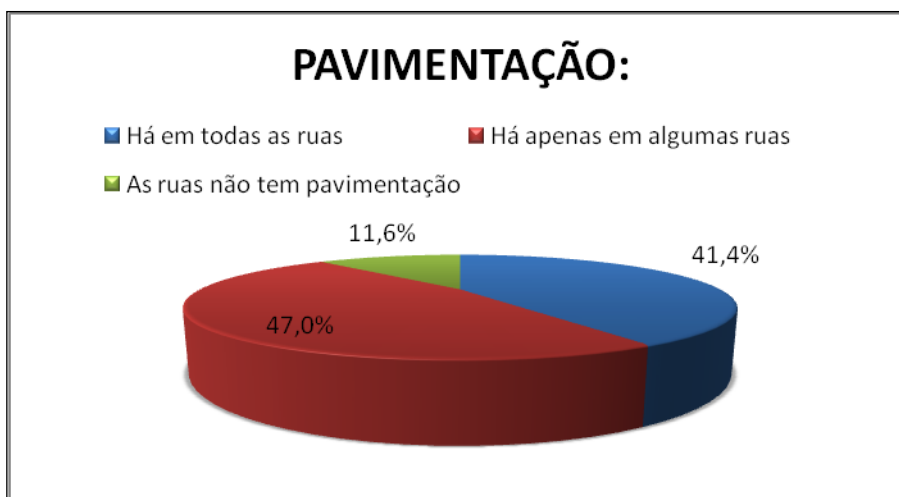


Gráfico 13 – Pavimentação das ruas

Analisando-os, percebe-se que quase metade (47%) dos entrevistados afirma que a pavimentação só ocorre em algumas ruas, enquanto a arborização, para mais da metade deles (53,2%) não existe ou existe apenas em algumas ruas para 42,5%. Essas respostas, aliadas ao que se observa no bairro, nos levam a acreditar que praticamente não existe arborização no Calabar, contrariando o que 4,2% afirmaram.

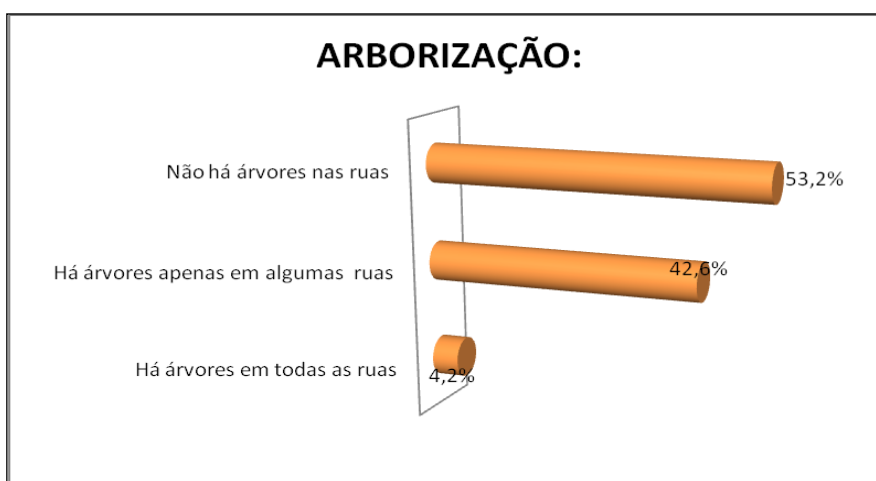


Gráfico 14 – Arborização das ruas

É possível observar com frequência plantações de bananeiras, totalmente inadequadas para a região, principalmente, em áreas de encosta, taludes e aterros devido a sua característica de acumulação de água.



Fig.27: Área verde desmatada na comunidade



Fig.28: Área verde preservada pelo difícil acesso



Fig.29: Área verde queimada



Fig.30: Área verde preservada pelo difícil acesso

Fonte: Acervo Equipe Calabar – Residência AU+E

Sobre as **praças**, 47,5% afirmaram que há apenas uma praça, 32,9% afirmaram que não há praças e 12,1% afirmaram que há várias praças, mostrando que o conceito de praça para os entrevistados é bastante variável e o espaço que a maioria percebe como praça, não é considerada como tal para um significativo percentual – aqueles que afirmaram não haver praças, enquanto outros consideram praça os pequenos largos existentes no bairro.

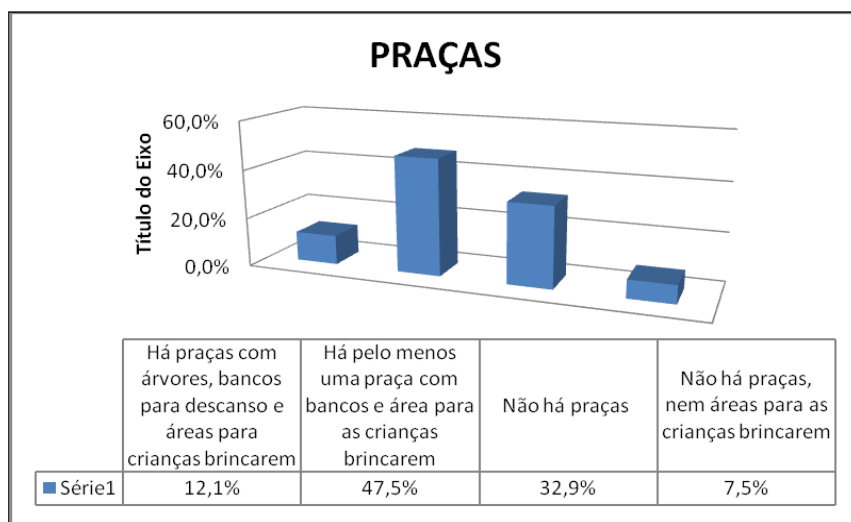


Gráfico 15 – Praças da comunidade

Sobre as **formas de lazer**, as respostas dos entrevistados apontam o cinema como a principal forma de lazer (49%), seguida de jogos na quadra de esporte (47,9%) e bares (32%). Vale ressaltar que essa pergunta permitia mais de uma resposta pelo entrevistado.

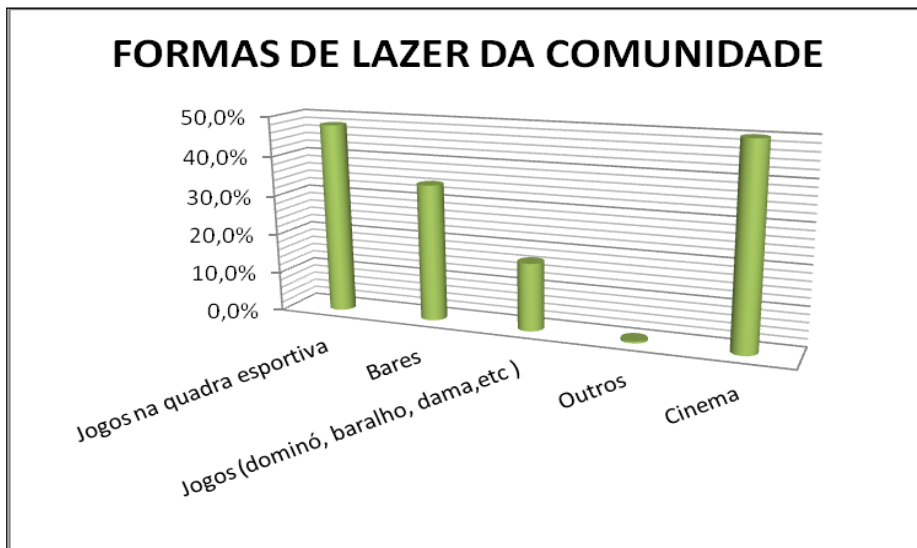


Gráfico 16 – Formas de lazer.

Sobre a **degradação ambiental**, 91% afirmam que a poluição é a principal forma de degradação na comunidade.





Fig.30: Lixo acumulado em rampa



Fig.31: Esgoto a céu aberto em frente as casas

Fonte: Acervo pessoal

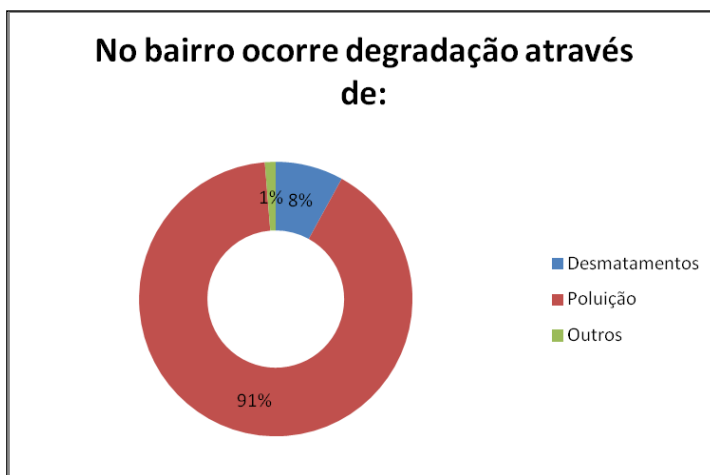


Gráfico 17 – Degradação ambiental

Perguntados sobre o tipo de poluição que mais atinge o bairro, quase metade dos entrevistados afirma ser a **sonora**.

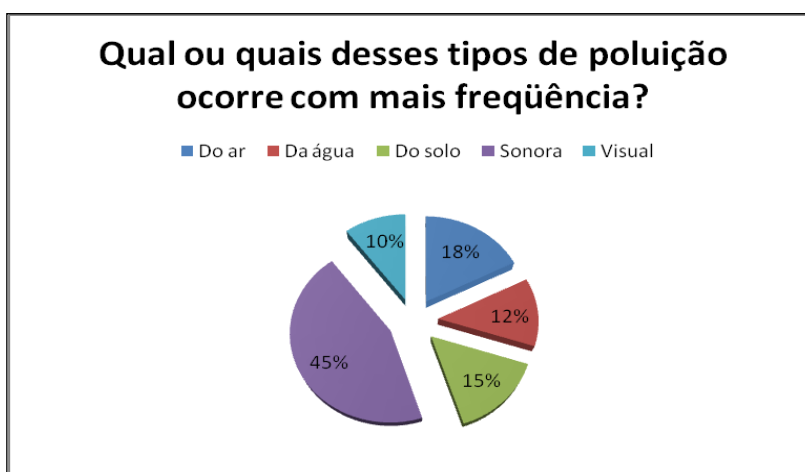


Gráfico 18 – Tipos de poluição

3. Pesquisas, oficinas e metodologias na definição da proposta de assistência técnica

3.1 Metodologia de aproximação com a comunidade adotada pela Equipe

Para dar início ao desenvolvimento das atividades de campo, que posteriormente se desdobrariam em projetos para a comunidade, buscou-se o contato com as lideranças locais. A intenção era, primeiramente, conhecer a área a ponto de obter informações que possibilitassem a elaboração mais detalhada de um diagnóstico da Comunidade escolhida e a partir daí, verificar a possibilidade de dar prosseguimento aos Planos de Trabalho (projetos) anteriormente propostos por cada residente (aluno da Residência AU+E/UFBA).

As reuniões propostas com a intenção de aproximar, sensibilizar e mobilizar as lideranças e a comunidade local, possibilitando a construção de vínculos, inicialmente, não surtiram o efeito desejado, tanto em número de pessoas dispostas a comparecer, quanto em qualidade do contato, ou seja, havia um descrédito da população local com a instituição que alicerça essa iniciativa.

Mesmo estando tão próxima a universidade tem um volume pouco significativo de trocas com esses territórios adjacentes ao seu entorno. As queixas constantes dos moradores de terem seus espaços usados de maneira experimental, sem retorno efetivo, são inúmeras e permeiam os diálogos entre estudiosos e habitantes dessas áreas arrefecendo os primeiros contatos.

Dessa maneira, foi fundamental remodelar a forma de aproximação, a partir do entendimento e aceitação da presença da equipe de residentes pelos membros da comunidade, e das necessidades sociais e educacionais demandadas pelo local.

A nova estratégia criada foi o Consultório de Arquitetura e Engenharia, com o propósito de prestar Assistência Técnica nas questões que envolvem construção, reforma, manutenção, prevenção e regularização de habitações da população do Calabar e extensivamente a comunidade que faz limite a mesma, o Alto das Pombas.

3.2. O Consultório de Arquitetura e Engenharia (CAE)

A exemplo da Residência Médica para alunos do curso de Medicina que prestam atendimento nos consultórios médicos dos hospitais ou se mantêm albergados, como plantonistas, nos ambulatórios e pronto-socorros, atendendo a todos os pacientes que para ali acorrem por livre iniciativa, nas chamadas consultas eletivas, assim, também, o Consultório de Arquitetura e Engenharia, foi idealizado.

Para a consolidação do mesmo, decidiu-se manter uma unidade permanente de atendimento na comunidade, de modo a manter a equipe técnica durante dois dias fixos da semana para atender a demanda de clientes. Foi concedida à equipe autorização para utilizar um espaço anexo à sala principal da Biblioteca Comunitária para a realização de tais atendimentos.

Dessa forma, o Consultório de Arquitetura e Engenharia (CAE) vem prestando atendimento aos moradores do Calabar/Alto das Pombas sobre questões referentes à reforma e construção de habitação, problemas com infiltração de água e esgoto, umidade, mofo, trincas e rachaduras, bem como problemas decorrentes da ocupação irregular do território.

Os residentes que atuam no Consultório fornecem não apenas orientações para solucionar pequenos problemas da edificação, mas também projetos de reforma ou mesmo de construção de uma nova moradia. No último mês de atendimento, os relatórios, contendo o encaminhamento ou a solução de cada caso, começaram a ser devolvidos aos moradores.

Além de promover a aproximação entre Residentes e Comunidade, o Consultório funcionou como forma de reconhecimento do território em questão, uma vez que, acompanhados pelos próprios moradores, os residentes percorreram diversas ruas, becos e escadarias e tiveram livre acesso, a inúmeras moradias.

3.3. A Oficina

Após seis meses de atendimento no Consultório de Arquitetura e Engenharia, foi constatada a necessidade de uma oficina para discutir temas importantes para a comunidade e para informar sobre os problemas mais recorrentes que foram observados ao longo dos meses.

A divulgação da Oficina, intitulada **Oficina Direito à Cidade**, foi realizada e conduzida pelos próprios residentes, divulgada através da distribuição de panfletos e instalação de cartazes na Biblioteca e em alguns pontos comerciais para que os moradores tomassem conhecimento, além disso, com o propósito de alcançar o maior número possível de pessoas, o evento foi anunciado através das redes sociais - numa página no facebook: **Assistência Técnica Calabar**, criada com o intuito de interagir com as comunidades do Calabar e Alto das Pombas. Os temas tratados foram:

- Reforma Urbana
- Estatuto da Cidade e seus instrumentos
- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

- Zonas Especiais de Interesse Social
- Controle e Ordenamento do Solo

Mesmo tendo a participação de poucos moradores, em relação ao desejável, a Oficina foi um sucesso, o encontro foi proveitoso e foi possível inquietar, principalmente, os moradores que tinham o desejo de construir ou ampliar os seus imóveis próximos a instável encosta do Cemitério que faz limite com um dos lados da comunidade, situada na Av. Maria Pinho.

Eles se sensibilizaram ao serem alertados para os perigos da realização de cortes perpendiculares ao terreno e da construção de moradias coladas a essa encosta. Os que compareceram mantiveram-se atentos às explicações, expressaram suas dúvidas e participaram dando opinião na dinâmica final, que colheu informações importantes para o desenvolvimento dos projetos dos Residentes.

3.4. Os resultados obtidos para definição dos projetos específicos

A escolha dos temas para o desenvolvimento dos trabalhos individuais teve como ponto de partida o conhecimento da tipologia das habitações, do diagnóstico sócio-econômico e ambiental, e dos instrumentos jurídicos legais aplicáveis a área, além do levantamento em campo das técnicas adotadas para construção, os materiais utilizados, a mão de obra empregada, a identificando do uso da autoconstrução. As questões urbanísticas que envolvem o local, a destinação dos resíduos sólidos, a situação do esgotamento sanitário, além do entendimento, do alcance dos serviços de concessionárias como a Embasa, Coelba, Telefonia e gás.

Também foram cadastrados os circuitos de macro e micro acessibilidade, como escadarias, rampas, passagens de pedestres, além da aferição das condições de conservação dos acessos, segurança dos mesmos, serviços de transporte público, acesso de veículos de serviço (carros de coleta de lixo, caminhões de gás e de abastecimento de mercadorias), que serviram de subsídios para a proposição final.

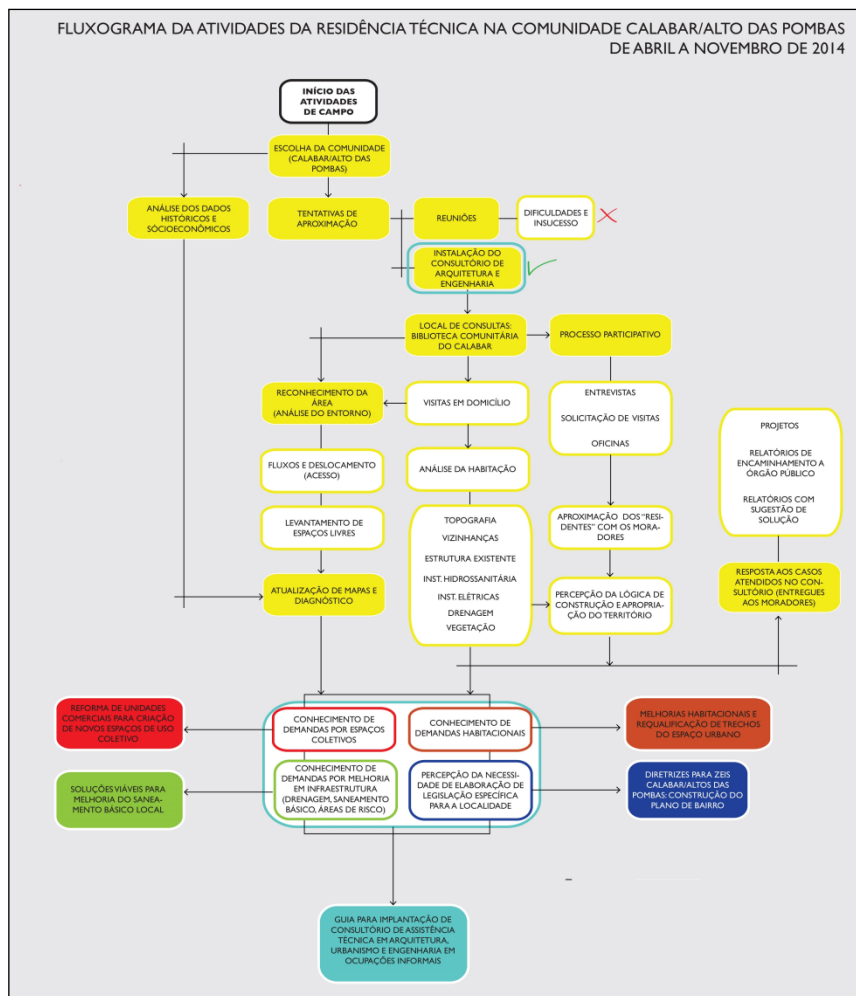
Nas diversas visitas e caminhadas a pé pelo local, foi possível perceber problemas relacionados a infraestrutura, como: poluição dos recursos hídricos, acessibilidade restrita devido as más condições de conservação das ruas, travessas e servidões de passagem, iluminação deficiente, falta de definição clara dos espaços públicos e privados, falta de alinhamento das testadas das construções com relação a rua, falta de

janelas, escadas muito inclinadas e estreitas, diversos insuficiências construtivas que evidenciam a falta de segurança, e conforto.

A proximidade das construções dificulta a ventilação e iluminação dos cômodos, por conseguinte, prejudica a salubridade das edificações, as ruas estreitas e não carrocáveis denotam uma acessibilidade restrita, principalmente, para os portadores de necessidades especiais e idosos com dificuldade de locomoção, e não raro, impõe a eles, uma imobilidade compulsória, e porque não dizer, um cárcere involuntário.

As tensões locais são realçadas pela insuficiência de áreas de lazer e esporte para os jovens, a inevitável proximidade e muitas vezes, forçosa intimidade entre os vizinhos, além dos poucos os espaços públicos, e de convivência, se encontrarem em condições precárias de uso.

No quadro, que se encontra a seguir apresentado e, também, consta da prancha 02/06 do ANEXO 02 sob o título “Fluxograma de Atividades da Residência Técnica na Comunidade Calabar/Alto das Pombas de abril a novembro de 2014”, é possível entender o percurso, de cerca de oito meses, das atividades de cada um dos Residentes na Comunidade e o desenvolvimento dos seus projetos para o Trabalho de Conclusão de Curso, a partir da identificação de uma demanda e da eleição de suas respectivas áreas de trabalho.



Fonte: Equipe Calabar – Residência AU+E

Dessa forma, os projetos específicos desenvolvidos como Trabalho de Conclusão de Curso Equipe Calabar, para cada Residente ficaram assim localizados e com seus respectivos conteúdos definidos:

ADELAIDE LUNA: Melhorias Habitacionais e Requalificação de trechos do Espaço Urbano;

GABRIELA METZKER: GUIA PARA IMPLANTAÇÃO DE CONSULTÓRIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA EM OCUPAÇÕES INFORMAIS;

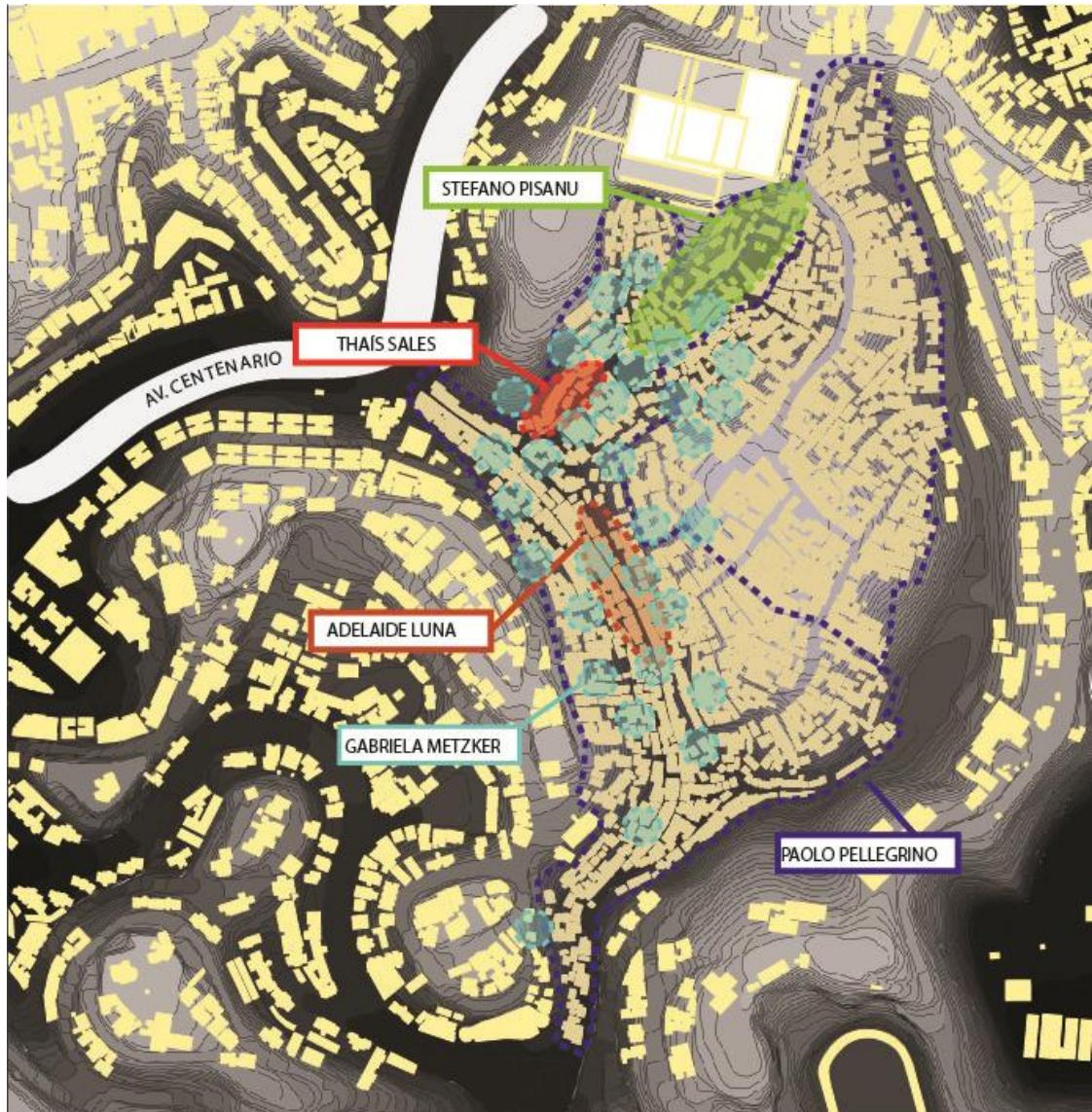
PAOLO PALLEGRINO: Diretrizes para ZEIS Calabar/Alto das Pombas: Construção do Plano de Bairro;

STEFANO PISANU: Soluções Viáveis para Melhoria do Saneamento Básico Local;

THÁIS SALES: Reforma de Unidades Comerciais para criação de Novos Espaços de Uso Coletivo.

Mapa Temático 2

Comunidade do Calabar/Alto das Pombas – áreas eleitas por cada residente para o desenvolvimento do trabalho individual e específico



Fonte: Residentes da Equipe Calabar – Residência AU+E

3.5. Projeto específico no âmbito da proposta coletiva

O trabalho, aqui, apresentado, é de autoria da Residente Constança Gabriela Metzker Castro e descreve as atividades de campo durante 8 meses para assistência técnica e elaboração de projeto a partir da visão de dentro da Comunidade do Calabar/Alto das Pombas, em Salvador, na Bahia, desenvolvidas no âmbito do Curso de Pós-Graduação Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (AU+E), à semelhança

da Residência Médica.

As dificuldades de aproximação e as diversas carências encontradas nessas comunidades despertou na autora o interesse pela montagem de um Consultório de Assistência Técnica, em local e dias fixos de atendimento, com o intuito de prestar consultas nas áreas de autoconstrução e autogestão dos espaços públicos e privados ali ocupados, de maneira que fosse possível conhecer e reconhecer o território, guiada, de forma espontânea, pelas mãos dos próprios moradores. Na medida em que para fazer a visita ao “paciente”, entendido aqui como a casa ou o terreno em questão, teria de ser levada até o local, atravessando praças, percorrendo ruas, subindo ladeiras de sorte que ao final da empreitada seria possível ter visitado, cadastrado, fotografado, e mapeado, muitas habitações em diversos logradouros. Sendo possível atualizar a quantidade e disposição das ocupações no território, suas maiores queixas e problemas.

A divulgação foi feita através da criação de uma página na internet (facebook), de cartazes que foram elaborados e afixados nos murais internos e externos da biblioteca e panfletos que foram distribuídos pelos membros da equipe em caminhadas pela comunidade, por uma líder comunitária que, também, faz parte da administração da biblioteca e posteriormente por alguns agentes comunitários que foram atendidos pelos técnicos do Consultório.

Para dar início ao Consultório, foi necessária a elaboração de cartazes, panfletos, divulgação na comunidade e a elaboração de um questionário sócio-econômico a fim de conhecer os clientes através da anamnese realizada durante a consulta.

Em 14 de maio de 2014, o CAE recebeu a sua primeira cliente, que soube da existência do Consultório através de um evento promovido pela Biblioteca, o Café da Manhã com as Mães, ocorrido no fim de semana que precedeu sua abertura, onde, lá, o mesmo foi divulgado por uma das lideranças comprometidas com o projeto.

Importante destacar que para o primeiro dia de Consultório, contou-se com a presença de uma assistente social voluntária, que aplicou o formulário de triagem e fez a primeira entrevista se utilizando de técnicas de abordagem próprias, orientando aos técnicos-residentes a melhor maneira de ordenar o diálogo, de sorte a não constranger, ou mesmo, gerar expectativas irreais para o cliente.



Fig.32 – Assistente Social e 1ª. Cliente



Fig.33 – Fachada BCC



Fig.:34 – Atendimento assistido por residente



Fig.35 – Consultório na BCC

Fonte: Equipe Calabar – Residência AU+E

4. Projeto proposto, abordagem conceitual e planejamento das próximas etapas previstas para desenvolvimento e implantação do projeto

4.1 O objetivo geral

O objetivo primordial do Consultório é ofertar uma experiência socio-educacional tecnológica que envolva a relação teoria e prática, com vistas à preparação e orientação do profissional que contribuirá para o desenvolvimento da realidade material e social de uma comunidade e, por conseguinte, de uma cidade.

Assim, a proposta, visa integrar o desenvolvimento de processos de formação técnica e humana de maneira integral, articulada com o contexto social, econômico, ambiental e histórico. A riqueza da experiência na instalação do Consultório de Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (CAE), visa incentivar a produção de diversos trabalhos e atividades acadêmicas, além de projetos de pesquisa nas áreas de assistência técnica em habitação de interesse social.

Ao oferecer este formato de experiência, o CAE pretende no âmbito universitário:

- Atender as demandas crescentes na área de habitação social;
- Contribuir para a capacitação técnica de profissionais na área de assistência técnica individual (orientação a autoconstrução), assistência técnica coletiva (execução de conjuntos habitacionais em regime de autogestão) criando melhores condições de habitação, saúde e segurança para o morador da comunidade investigada;
- Fomentar trabalhos e atividades acadêmicas nas áreas de arquitetura popular e vernacular;
- Gerar mapas, inclusive do diagnóstico técnico-participativo (nesse caso - por meio do "filtro" do Consultório) como um diagnóstico parcial, pois depende da aproximação voluntária de cada um.
- Promover iniciativas de extensão com ênfase ao direito à cidade e a habitação;
- Servir de ferramenta de uma primeira aproximação em casos individuais numa comunidade e como auxílio no diagnóstico das principais demandas;

As consultas realizadas dentro do Consultório de Assistência Técnica devem ter como objetivo na comunidade:

- Desestimular práticas que levem a riscos ambientais e riscos aos habitantes dos imóveis;
- Empreender processo participativo de projeto e implantação;
- Estimular a implantação de calhas para águas pluviais e redes domésticas de águas e esgoto, como forma de complementar a infraestrutura urbana e as redes de drenagem e coleta, minimizando o assoreamento e degradação da pavimentação;
- Orientar quanto ao descarte de resíduos sólidos melhorando a salubridade e a proliferação de vetores;
- Orientar as construções no sentido de obedecer ao alinhamento da rua e evitar a particularização (instalação de mesas e cadeiras, fechamento com grades e portões) de avenidas e vielas com o intuito de possibilitar o acesso perene de serviços públicos e de emergência, além de minimizar conflitos;

- Orientar os moradores na autogestão e autoconstrução;
- Orientar quanto à forma de expansão das construções nas áreas;
- Orientar quanto ao reordenamento da ocupação (alinhamento da construção com relação à rua e as demais);
- Orientar quanto à regularização fundiária;
- Promover a acessibilidade, priorizando a circulação de pedestres e o deslocamento de macas e cadeiras de rodas quando em situação de emergência;
- Qualificar as relações funcionais da área com o tecido urbano do entorno.

4.2 Objetivos específicos

As consultas realizadas dentro do CAE, devem ter como objetivo no âmbito da comunidade:

- Desestimular práticas que levem a riscos ambientais e riscos aos habitantes dos imóveis;
- Empreender processo participativo de projeto e implantação;
- Estimular a implantação de calhas para águas pluviais e redes domésticas de águas e esgoto, como forma de complementar a infraestrutura urbana e as redes de drenagem e coleta, minimizando o assoreamento e degradação da pavimentação;
- Orientar quanto ao descarte de resíduos sólidos melhorando a salubridade e a proliferação de vetores;
- Orientar as construções no sentido de obedecer ao alinhamento da rua e evitar a particularização (instalação de mesas e cadeiras, fechamento com grades e portões) de avenidas e vielas com o intuito de possibilitar o acesso perene de serviços públicos e de emergência, além de minimizar conflitos;
- Orientar os moradores na autogestão e autoconstrução;
- Orientar quanto à forma de expansão das construções nas áreas;

- Orientar quanto ao reordenamento da ocupação (alinhamento da construção com relação à rua e as demais);
- Orientar quanto à regularização fundiária;
- Promover a acessibilidade, priorizando a circulação de pedestres e o deslocamento de macas e cadeiras de rodas quando em situação de emergência;
- Qualificar as relações funcionais da área com o tecido urbano do entorno.

4.3 Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva, conceitos adotados

Entende-se que, hoje, é possível, não só, inserir disciplinas nos cursos de arquitetura, urbanismo e engenharia referentes aos temas da habitação popular, como também criar mecanismos de aproximação de graduandos e pesquisadores às realidades material e social de uma comunidade, servindo como substrato para projetos de moradias populares ligados a saúde, saneamento e assistência técnica, justificáveis pela necessidade do atendimento a demanda crescente de programas oriundos da política nacional de habitação social e suas consequências a médio e longo prazo.

Oportunizando ao aluno, uma preparação para o desenvolvimento de trabalhos, que respeitem a cultura e os hábitos locais e atue, utilizando seu conhecimento técnico, como co-agente de transformação-integração, assumindo o compromisso de providenciar a participação ativa da comunidade em todas as etapas do processo.

As questões nessas comunidades chegam a um nível tal de complexidade e riqueza em aprendizado, que extrapolam as questões relativas à habitabilidade (salubridade, iluminação, ventilação, problemas estruturais da construção) recorrentes nas moradias de ocupações informais, devido à alta densidade de ocupação desordenada que por sua vez, gera também problemas ambientais e urbanos, bem como problemas de vizinhança.

Sendo assim, além de prestar assistência técnica para questões referentes à habitação de maneira isolada, se faz necessário, também, tratar do entorno, ou seja, dos espaços “públicos” - praças, áreas de convívio, escadarias, ruas, vielas e travessas - dos locais de uso coletivo da comunidade, uma vez que estes são negligenciados pela população local, que se preocupa em cuidar exclusivamente do interior de suas casas, e mesmo, por parte do poder público, que via de regra, é ausente nesses locais.

5. Definição de conteúdos, programa, detalhamentos e outras definições do projeto

5.1 O Projeto

O Projeto “Consultório de Arquitetura e Engenharia – um GUIA de Implantação de Assistência Técnica para Ocupações Informais” trata de um manual de consulta rápida das diretrizes mínimas de rotina de implantação e funcionamento, a serem observadas nas atividades desenvolvidas pelo CAE.

A seguir, apresentação do GUIA, com a imagem da capa (fotografia de um poste de iluminação registrado numa das ruas do Calabar), conteúdo do projeto e anexos.

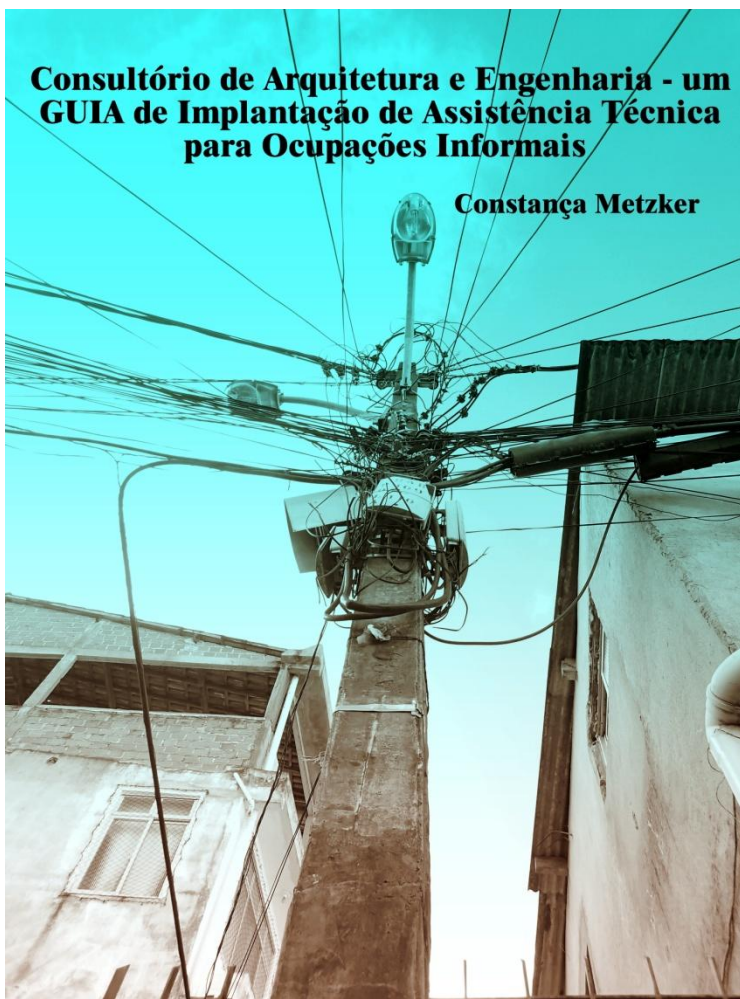


Fig.36: Capa do Guia

ÍNDICE

▪ AIN'T GO NOT / I GOT LIFE – EU NÃO TENHO / EU TENHO VIDA.....	50
▪ CORDEL.....	51
▪ APRESENTAÇÃO.....	52
▪ GLOSSÁRIO.....	53
▪ FLUXOGRAMA DO CONCEITO GUIA PARA O CAE.....	55
▪ CONCEITO DO GUIA PARA O CAE EM MANDALA.....	56
▪ PARA QUE SERVE ESTE GUIA?	57
▪ QUANDO O PARTICIPANTE DO CAT DEVE RECEBER O GUIA?	57
▪ QUAL O CONTEÚDO DA PROPOSTA METODOLÓGICA?	57
▪ QUAIS AS ATIVIDADES FUNDAMENTAIS PARA O CUMPRIMENTO DESTA ETAPA DO PROCESSO DE TRABALHO?	58
▪ REAÇÕES ADVERSAS.....	59
▪ MODO DE USAR.....	59
▪ QUAL A DIFERENÇA ENTRE O ESCRITÓRIO PÚBLICO MUNICIPAL E O CONSULTÓRIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	59
▪ EQUIPE MÍNIMA.....	60
▪ QUAIS AS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE TRABALHO?.....	62
▪ MATERIAL DE IMPLANTAÇÃO DO CAE.....	62
▪ SENSIBILIZAÇÃO, RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE JOVENS	63
▪ ROTINA DE ATENDIMENTO.....	63
▪ MODELO DE INFORMATIVO DIRIGIDO AO CLIENTE.....	64
▪ PRAZO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA DO CAE NA COMUNIDADE.....	66
▪ JUSTIFICATIVA	66
▪ OBJETIVO(s)	67
▪ BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	69
▪ A EXPERIÊNCIA PIONEIRA DO CONSULTÓRIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (CAE) NAS COMUNIDADES DO CALABAR E ALTO DAS POMBAS EM SALVADOR	70
▪ LEGISLAÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	71
▪ MODELO PARA IMPLANTAÇÃO DO CAE.....	72
▪ O QUE CONTÉM A LEI 11.888/08?	72
▪ O QUE ESTE GUIA PROPÕE PARA A IMPLANTAÇÃO DO CAE?	73
▪ PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CAE.....	74
▪ MODELOS DE RELATÓRIO.....	74
▪ MODELO DO CARTAZ E PANFLETO DE DIVULGAÇÃO.....	75
▪ MODELO DE RELATÓRIO.....	76
▪ PROPOSTA DE FUNCIONAMENTO.....	77
▪ PÓS - MONTAGEM DO CAE.....	77
▪ CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
▪ BASE LEGAL E JURÍDICA.....	81
▪ REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA.....	82

Ain't Got No / I Got Life

Nina Simone³

Ain't got no home, ain't got no shoes
Ain't got no money, ain't got no class
Ain't got no friends, ain't got no schooling
Ain't got no work, ain't got no job
Ain't got no money, no place to stay

Ain't got no father, ain't got no mother
Ain't got no children
Ain't got no sisters or brothers
Ain't got no earth, ain't got no faith
Ain't got no church, ain't got no God
Ain't got no love

Ain't got no why, no cigarettes
No clothes, no country
No class, no schooling
No friends, no nothing
Ain't got no God

Ain't got no earth, no water
No food, no home
I said I ain't got no clothes, no job
No nothing
Ain't got ...
And I ain't got no love

Oh, but what have I got?
Oh, what have I got?
Let me tell you what I got
And nobody's gonna take away
Unless I wanna

I got my hair, on my head
My brains, my ears
My eyes, my nose
And my mouth, I got my smile

My tongue, my chin
My neck, my boobs
My heart, my soul
And my back
I got my sex

I got my arms, my hands
My fingers, my legs
My feet, my toes
And my liver
Got my blood

I got life, I've got lives
I've got headaches, and toothaches,
And bad times too like you

I got my hair, my head
My brains, my ears
My eyes, my nose and my mouth
I got my smile and it's my smile

I got my tongue, my chin
My neck and my boobs
My heart, my soul
And my back
I got my sex

I got my arms, my hands
My fingers, my legs
My feet, my toes
Got my liver
Got my blood! got life, I got my freedom
I've got life

Eu Não Tenho / Eu Tenho Vida

Nina Simone

Não tenho casa, não tenho sapatos
Não tenho dinheiro, não tenho classe
Não tenho amigos, não tenho escolaridade
Não tenho trabalho, não tenho trabalho
Não tenho dinheiro, nem lugar para ficar

Não tenho pai, não tenho mãe
Não tenho filhos
Não tenho irmãs ou irmãos
Não tenho terra, não tenho fé
Não tenho igreja, não tenho Deus
Não tenho amor

Não tenho por que, sem cigarros
Sem roupas, sem país
Sem classe, sem escolaridade
Sem amigos, sem nada
Não tenho Deus

Não tenho terra, nem água
Nem comida, nem casa
Eu disse que não tenho nenhuma roupa, nem emprego
Não, nada
Não tenho ...
E eu não tenho amor

Oh, mas o que eu tenho?
Oh, o que eu tenho?
Deixe-me dizer o que eu tenho
E ninguém vai tirar
A menos que eu queira

Tenho meu cabelo, na minha cabeça
Meu cérebro, meus ouvidos
Meus olhos, meu nariz
E a minha boca, tenho meu sorriso

Minha língua, meu queixo
Meu pescoço, meus seios
Meu coração, minha alma
E minhas costas
Tenho meu sexo

Tenho meus braços, minhas mãos
Meus dedos, minhas pernas
Meus pés, dedos dos pés
E o meu fígado
Tenho o meu sangue

Eu tenho vida, eu tenho vidas
Eu tenho dores de cabeça e dores de dente,
E momentos ruins como você

Tenho meu cabelo, minha cabeça
Meu cérebro, meus ouvidos
Meus olhos, meu nariz e minha boca
Eu tenho o meu sorriso e é o meu sorriso

Eu tenho a minha língua, meu queixo
Meu pescoço e meus peitos
Meu coração, minha alma
E minhas costas
Tenho meu sexo

Tenho meus braços, minhas mãos
Meus dedos, minhas pernas
Meus pés, dedos dos pés
Tenho meu fígado
Tenho o meu sangue

Eu tenho vida, eu tenho minha liberdade
Eu tenho a vida

³ Pianista, cantora, compositora e ativista pelos direitos civis, norte-americana, também se destacou por posicionar-se contra ao racismo

Cordel
A SAGA DA CHEGADA DO CONSULTÓRIO
DE ARQUITETURA E ENGENHARIA
NUMA FAVELA SOTEROPOLITANA

Autora: Constança Metzker

Bom dia a todos e a todas
Que aqui vão presenciar
O dia-a-dia de um povo
Que mora em um certo
lugar
Que vive e trabalha duro
E sabe reivindicar

Relatarei em detalhes
A minha própria experiência
Pois observar é fácil
Difícil é ter ciência
Rimando frase com frase
Usando da consciência

Logo no primeiro dia
Alguém foi e me esperou
Bem na entrada do bairro
Como a gente combinou
Uma nova realidade
Pra mim se descortinou

Junto do Alto das Pombas
Coladinho na Ondina
A Centenário do lado
E o Campo Santo em cima
A Rua Nova cortando
De um canto a outra
esquina

Vi asfalto, quebra-mola,
Menino correndo e cachorro
Bequinhos bem apertados
Levando ao vizinho morro
Gente em situação de risco
Precisando de socorro

Vi cuecas penduradas
Em varais bem no passeio
Meninos indo pra escola
Já pensando no recreio
Bocas-de-lobo entupidas
Posso dizer sem receio

Dentro da Biblioteca
Fui montando o consultório
Colei cartaz na parede
Divulgando este escritório
Num espaço organizado
Que ali tem papel notório

As lideranças da área
Me ajudaram no circuito
Pensando em cidadania
Um sentimento gratuito
Os moradores chegando
Concordando com o intuito

Consultório de Arquitetura
E Engenharia é
O nome desse projeto
Ajudar é o que ele quer
Seja jovem ou seja velho
Homem ou então mulher

Avalia rachaduras
E infiltrações no teto
Mofo que dá em paredes
Qual é o jeito correto
Uma simples calha resolve
Consulte o seu arquiteto

Ouvi queixas variadas
E fui dar meu rolezinho:
O problema de uma casa
Começa na do vizinho
Um encanamento novo
Provoca um milagrezinho...

Tem gente que quer erguer
Cinco andares de uma vez
Sem usar nenhuma viga
Vou dizer isso a vocês:
Por isso que a casa cai
Vejam quanta insensatez!

Teve alguns desesperados
Relatando seus dilemas
Problemas bem variados
Fugindo dos nossos temas
Se queixando da saúde
Contando outros esquemas

Constatarei que a pobreza
Gera uma própria
arquitetura
Lajes fracas, puxadinhos
Engenhasas estruturas
Areia e tinta tapando
Perigosas rachaduras!

Cada um sabe o que o
outro
Prepara para o jantar
A fumaça é enxada
Entra sem se anunciar
Há casas muito grudadas
Tanta gente a circular

Um dia vi uma criança
Vou relatar o estado:
Dormia num colchão sujo
Dentro de um quarto
mofado

Se ali houvesse janela
Era outro o resultado

Vivi sempre ali tão perto
Passando por lá e por cá
Confesso que nunca tinha
Entrado no Calabar
Hoje eu me sinto honrada
Em ter podido ajudar

A Lei Federal No. 11.888, de 24 de dezembro de 2008, assegura às famílias de baixa renda, de até 3 (três) salários mínimos, de áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia.

Este trabalho parte da premissa de que é possível elevar o grau de interesse e, incrementar a formação atual do arquiteto, urbanista e engenheiro, no que tange a estudos, desenvolvimento de projetos e execução de obras, nas áreas de habitação social, objetivando uma melhor apropriação por parte desses técnicos de como o ambiente e entorno se apresentam (diagnóstico), da percepção que os moradores das comunidades e assentamentos fazem do local onde vivem, de forma a viabilizar a integração das comunidades ao território da cidade, de maneira mais natural e gradual possível.

Há, ainda, em níveis acadêmicos, pouca ênfase curricular e limitado interesse dos estudantes sobre as áreas ligadas às políticas públicas vigentes e aos projetos de moradia popular, culminando em escassas produções sobre o tema.

A Lei Federal 11.888/2008 respalda o direito a cidade e a moradia digna para todos os cidadãos e coloca na pauta das universidades, mesmo que indiretamente, a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as áreas da cidade onde a autoconstrução, a nominada, arquitetura popular, é produzida ao largo das leis e normas que regulamentam a construção civil no que concerne, principalmente, aos padrões de salubridade, segurança e conforto.

Ainda que, reconhecendo que há pouca produção nesta área, Günter Weimer, arquiteto, professor de história da arquitetura, produziu, o livro *Arquitetura Popular Brasileira*, no qual assinala, em várias partes de sua obra, o quanto os cursos de arquitetura e urbanismo tem desprezado esse valioso tema, deixando-o de lado ou o expondo superficialmente.

Segundo a pesquisadora Marcia Sant'Anna, em seu artigo *Arquitetura Popular: espaços e saberes*, o estudo sobre esse tema é escasso quando comparado ao que se produz em outros campos da arquitetura e urbanismo, e afirma que mais do que escassez bibliográfica, parece que se está diante de um problema de falta de apropriação e divulgação das poucas fontes, certamente, devido a sua não inclusão em atividades acadêmicas e didáticas, no âmbito dos cursos de arquitetura.

A arquitetura produzida fora dos circuitos formais da construção civil – e a partir de saberes populares e ancestrais – é ainda no Brasil um tema predominantemente estudado no âmbito da antropologia, da geografia cultural, da sociologia e outras áreas das ciências humanas. Os estudos de arquitetos e urbanistas não são abundantes e quase sempre estão vinculados à preservação, conservação e restauração do patrimônio edificado ou à problemática do déficit habitacional urbano. (Sant’Anna, 2013)

Não é possível mais esconder os assentamentos irregulares ou mesmo as comunidades já consolidadas, ignorando ou repelindo sua presença do tecido urbano. A montagem do Consultório, as consultas oferecidas ao público local, o diagnóstico da habitação e entorno, as propostas e os encaminhamentos são parte de um projeto maior de inserção dos arquitetos e profissionais de áreas afins nas comunidades e ocupações irregulares, e destas na cidade.

GLOSSÁRIO

As siglas, os conceitos e os termos usados neste GUIA, em alguns casos, estão somente relacionados ao contexto particular, aqui, apresentado.

- **CLIENTE** - (*lat. cliente*) **1** Indivíduo que confia os seus interesses a um advogado, procurador ou tabelião; constituinte. **2** Aquele que consulta habitualmente o mesmo médico, dentista etc. **3** Freguês.
- **CONSULTÓRIO** - Local onde se realizam consultas.
- **PACIENTE** - (*lat. patiente, patior.*) que significa sofrer, suportar, aturar resignado, tranqüilo. **1** Pessoa, que tem paciência. **2** Pessoa, que padece ou vai padecer. **3** Doente. **4** O que recebe a ação de um agente.
- **RESIDÊNCIA MÉDICA** - **1** Instituída pelo Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, a residência médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. Funciona em instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional, sendo considerado, o “padrão ouro” da especialização médica. **2** O Programa de Residência Médica, cumprido integralmente dentro de uma determinada especialidade, confere ao médico residente o título de especialista. A expressão “residência médica” só pode ser empregada para programas que sejam credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica.⁴ A **residência médica**⁵ é uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de

⁴ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12263&

⁵ http://pt.wikipedia.org/wiki/Resid%C3%A2ncia_m%C3%A9dica

curso de especialização. Funcionando em instituições de saúde como hospitais-escola, os pós-graduandos realizam atividades profissionais remuneradas sob a orientação de médicos especialistas.

- **RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA URBANISMO E ENGENHARIA**

O curso de Pós-Graduação Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (AU+E) é um curso oferecido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia [FAUFBA], por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [PPG-AU UFBA] e do LabHabitat, em parceria com a Escola Politécnica [EP-UFBA], à semelhança da Residência Médica.

Tem-se como perspectiva a elaboração participativa de projetos inovadores de interesse social, com vistas a ampliar o acesso a recursos públicos na promoção de melhor qualidade de moradia e fortalecimento da cidadania. Para isso, além do curso, a Residência Técnica em AUE abrange também trabalho de campo para assistência técnica e elaboração de projetos, por meio de oficinas, pesquisa, planejamento, e outras atividades correlatas.

- **RESIDENTE** - (*lat residente*) **1** Que reside. **2** Diz-se da pessoa que reside no local onde exerce cargo ou função: **Médico residente**. **3** No contexto relacionado a Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, se refere aos profissionais de arquitetura, urbanismo, engenharia e áreas relacionadas que participam do consultório instalado nas ocupações informais.
- **ASSISTÊNCIA TÉCNICA** – Ato ou efeito de assistir por perito em determinada técnica;
- **CAE** – Sigla que se refere ao Consultório de Arquitetura e Engenharia.
- **GUIA**
 - **Geral** – Segundo alguns dicionários da língua portuguesa, como, o Aurélio, trata-se de um livro de instruções, no Houaiss significa o mesmo que manual. A definição no Michaelis está como: publicação que pretende o ensino prático de algo, ou ainda, livro que sumariza as noções básicas de uma matéria ou assunto;

Particular – Este é um documento - exclusivo e intransferível a outra atividade - que pretende reproduzir a rotina de trabalho dos alunos com informações sobre as atividades que o Consultório de Arquitetura e Engenharia (CAE), deve realizar. Também, deve conter instruções sequenciais das operações e a frequência de execução, identificando o nome do responsável por cada atividade.

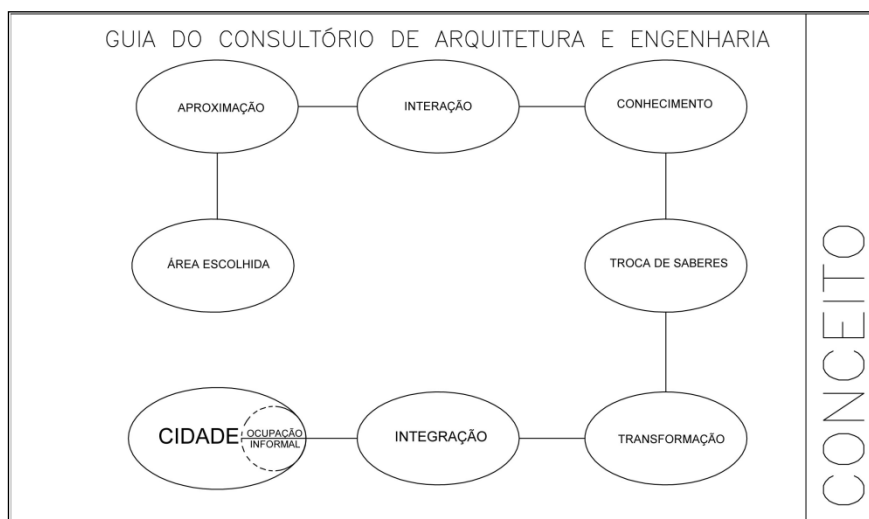
FLUXOGRAMA DO CONCEITO DO GUIA PARA O CAE

Bernardo Secchi apresenta na sua obra “A cidade do século XX”, as transformações do espaço habitado europeu, particularmente, nos anos que correspondem ao século XX, o temor pelo porvir, após a constatação do crescimento sem controle das cidades e a possibilidade da dissolução destas. O autor busca compreender e analisar a importância do papel dos projetos urbanísticos e de arquitetura, como parte de um projeto social mais amplo.

Para Secchi, a cidade e os territórios mais densamente urbanizados agora parecem representados mais por porosidade do que apenas pela dispersão; porosidade, para a qual cheio e vazio, espaço edificado e não edificável, não se contrapõe, mas se penetram reciprocamente, se dissolvem um no outro, construindo um único sistema de relações espaciais.

Porosidade é um conceito que provém da geologia e se refere às características físicas de um material. Uma cidade porosa e permeável é uma cidade que contrasta a formação de enclaves de qualquer natureza, ensina Secchi em seu livro.

Partindo deste conceito a proposta do CAE se amplia com o sentido de promover não só a troca de saberes entre técnicos e moradores, mas destes últimos com os moradores do entorno, estimulando a inserção gradual da ocupação informal em evidência com os territórios a sua volta graças ao incentivo à porosidade progressiva e irreversível.



Fonte: Fluxograma desenvolvido pela autora

CONCEITO DO GUIA PARA O CAE EM MANDALA

Mandala é uma palavra de origem sânscrita que significa "círculo". É uma representação geométrica da dinâmica relação entre o homem e o cosmo. É, ainda, uma circunferência usada como arte pelos antigos povos. A mandala como simbolismo do centro do mundo dá forma não apenas às cidades, aos templos e aos palácios reais, mas também a mais modesta habitação humana. A morada das populações primitivas era, comumente, edificada a partir de um poste central, onde se colocava seus habitantes em contato, segundo acreditavam, com os três níveis da existência: inferior, médio e superior. A habitação, para elas, não era apenas um abrigo, mas a criação do mundo que elas, imitando os gestos divinos, devem manter e renovar.⁶

Partindo deste princípio, a mandala representativa do conceito do guia, aqui, simboliza a ocupação informal e todas as moradias nela contida, que necessita se harmonizar com o resto da cidade, buscando a manutenção e renovação das habitações nesse território em todos os níveis: conforto, segurança e saúde, cumprindo, assim, seu papel de troca entre os seres humanos em diversos níveis de saberes.



Fonte: Desenho da autora

⁶ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mandala>

PARA QUE SERVE ESTE GUIA?

Este GUIA foi elaborado como um manual de consulta rápida das diretrizes mínimas de rotina de implantação e funcionamento, a serem observadas nas atividades desenvolvidas pelo CAE.

Os cuidados para não interferir no cotidiano de uma comunidade, não produzir resíduos sólidos nocivos ao meio ambiente do entorno das edificações, ter atenção com a segurança pessoal, principalmente, ao visitar moradias com fragilidade estrutural, e com a saúde, quando em constante contato com esgoto a céu aberto, excrementos de animais nas vias pedestres e com ambientes insalubres, devem fazer parte das rotinas diárias e precisam ser incorporadas a cultura do trabalho a ser desenvolvido pela equipe participante do CAE.

QUANDO O PARTICIPANTE DO CAE DEVE RECEBER O GUIA?

Ao fim da palestra-evento de apresentação do GUIA, que dá início as atividades do CAE, toda a equipe de trabalho envolvida, sejam graduandos, pós-graduandos, professores, tutores, coordenadores do CAE e voluntários, devem receber um exemplar deste GUIA, e compreender o seu objetivo e conteúdo antes de iniciar sua participação no CAE.

Recomenda-se a realização de seminários/oficinas de nivelamento técnico e planejamento entre os atores técnicos envolvidos.⁷

QUAL O CONTEÚDO DA PROPOSTA METODOLÓGICA?

I – Direito à moradia como um direito humano, individual e coletivo previsto na declaração dos Direitos Universais dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988;

Faz-se necessário esclarecer que a implantação de um CAE não é uma tarefa fácil, tendo em vista que exigirá o conhecimento das condições concretas de cada local, dessa forma é de suma importância organizar o processo de trabalho, o debate com as lideranças locais e a exposição, em detalhes, para aquela população, dos caminhos pelos quais se pretende utilizar para chegar às etapas e produtos possíveis.

⁷ Planos Locais de Habitação de Interesse Social - Curso a distância – EAD-PLHIS

- Estrutura de coordenação e organização dos trabalhos;
- Definição das atribuições e responsabilidades da equipe formada por estudantes, técnicos, pesquisadores, consultores e voluntários;
- Estratégias de aproximação, comunicação, mobilização e participação popular, identificando os diversos atores sociais, locais e institucionais;
- Geração de mecanismos de participação popular e de acesso às informações;
- Cronograma de atividades e procedimentos para as atividades subsequentes.

QUAIS AS ATIVIDADES FUNDAMENTAIS PARA O CUMPRIMENTO DESTA ETAPA DO PROCESSO DE TRABALHO?

1. Constituição da equipe;

2. Levantamento preliminar de dados:

II - Moradia digna como direito e vetor de inclusão social, garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;

- Mapeamento dos atores institucionais atuantes e possíveis parceiros;
- Mapeamento dos atores sociais que atuam/intervém na questão habitacional para propor estratégias de mobilização, participação e comunicação, incluindo os setores empresariais, acadêmicos e populares, principalmente, os representantes dos segmentos como associações de moradores, universidades, movimentos ambientalistas, associações de moradores, associações de classe como a CAU, CREA, OAB, etc;
- Informações acerca do problema urbano-habitacional local, tanto em níveis fundiários quanto em atendimento aos serviços básicos de saúde e saneamento.

3. Adaptação da Proposta Metodológica pelos membros da equipe constituída e revisada pela coordenação técnico- pedagógica da instituição responsável que alicerça a iniciativa;

4. Proposta de participação da sociedade local organizada na discussão das etapas subsequentes.

REAÇÕES ADVERSAS

**III -
Compatibilidade e
integração das
políticas
habitacionais
federal, estadual,
do Distrito Federal
e municipal, bem
como das
demais políticas
setoriais de
desenvolvimento
urbano, ambientais
e de inclusão
social;**

Eventualmente, as informações aqui apresentadas podem não ser suficientes para a realização de uma atividade inédita ou readequada às circunstâncias locais. Para o caso de dúvida, o Guia deverá ser relido, e um professor, de notório saber sobre o assunto, consultado antes da orientação do serviço ser repassada ao cliente. A aprovação anterior e posterior, a cada ação, deve ser diariamente, assinada e datada pelo coordenador/ responsável local do grupo.

MODO DE USAR

O cumprimento das prescrições contidas neste GUIA não isenta, instituições, professores, alunos e voluntários, da observância dos demais requisitos necessários ao bom funcionamento do CAE, como pontualidade, assiduidade e proatividade, além dos procedimentos de segurança e da legislação vigente aplicável, prevalecendo sempre à norma mais restritiva.

O coordenador do CAE deve, eventualmente, solicitar registros do atendimento aos requisitos deste GUIA. O não cumprimento dessas obrigações pode acarretar a substituição do participante que falhe no atendimento das diretrizes estabelecidas e ponha em risco a credibilidade do CAE junto à comunidade, ou ponha em risco a si, ou ainda, a algum membro da equipe.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE O ESCRITÓRIO PÚBLICO MUNICIPAL E O CONSULTÓRIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?

O Escritório Público Municipal atua na elaboração de projetos arquitetônicos qualificados para população de baixa renda, atendendo aos quesitos de legalidade, através do encaminhamento dos requerentes aos órgãos competentes para emissão de documentação de regularização da propriedade e da construção, e ao perfil da edificação admitido pelo setor, como: ter no máximo dois pavimentos situar-se em lotes com área até 125m², ter no máximo duas unidades, com acessos independentes, ter área construída de até 70m² para cada unidade, admitindo imóvel inserido em ZEIS, isento de taxas e renda mensal de até três salários mínimos, entre outros parâmetros.

Quanto ao Consultório de Assistência Técnica em Arquitetura Urbanismo e Engenharia, a exemplo da Residência Médica para alunos dos cursos de Medicina que prestam atendimento em Prontos Socorros de Hospitais, e em ambulatórios de Postos de Saúde, onde são atendidos todos os pacientes que ali acorrem por livre iniciativa.

IV - Função social da propriedade urbana, buscando implementar instrumentos de reforma urbana a fim de possibilitar melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir acesso à terra urbanizada;

Baseado nessa premissa, sem restrição inicial de qualquer cliente, o CAE, foi idealizado se utilizando dessa mesma lógica, atendendo a todos os clientes, sem restrição do tamanho do terreno ou da tipologia da unidade habitacional, prestando consultas quanto à umidade, infiltração, reforma, ampliação, questões de acessibilidade - providenciando o desenho de escadas e rampas, lay out interno da habitação - elaborando diagnósticos referentes às patologias das edificações, dando ciência ao morador dos perigos que ele corre quando em áreas de risco, como próximo a encostas, sobre taludes ou contenções, desestimulando a construção nessas áreas.

Isto posto, é necessário compreender que enquanto o público alvo do Escritório Público Municipal é o morador das zonas residenciais de baixa renda, o Consultório tem dois públicos distintos: o primeiro é o estudante ou pesquisador das áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia das universidades que deseja elevar o seu contato, e ampliar o seu conhecimento sobre o modo de viver e construir das moradias inseridas, principalmente, em Zonas Especiais de Interesse Social, as ZEIS, propondo projetos de arquitetura que atendam as necessidades dos ocupantes dessas áreas, fomenta trocas de conhecimento, reduza as distâncias entre a cidade formal e a cidade informal, e o segundo é o morador da comunidade que passa a receber consultas desses residentes nas questões relativas a habitação conforme itens elencados em tópico anterior.

Sendo que o diferencial do CAE é, também, o encaminhamento do cliente (paciente) para um órgão ou setor público (especialista), na maioria das vezes, já levando consigo um relatório, histórico dos sintomas da moradia (anamnese), com um prévio exame da área (sintomas), a patologia da edificação, as fotografias internas e externas da construção (radiografias) para a realização das intervenções necessárias (cirurgias de baixo e alto risco).

V - Questão habitacional como uma política de Estado, uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo;

O Consultório lida com diferentes problemas da habitação providenciada pelo morador e da população que reside nessas construções, dessa forma, recomenda-se desenvolver ações compartilhadas e integradas com equipes de saúde e meio ambiente - Agente e Postos de saúde - a fim de estimular campanhas de higiene e descarte de resíduos em locais adequados, além de órgãos da prefeitura com vista a desestimular a ocupação em áreas de risco como encostas e demais necessidades levantadas no local.

O CAE consiste numa equipe volante, constituída por assistente social, graduandos e pós-graduandos de arquitetura, urbanismo, engenharia, bolsistas, voluntários, coordenador e orientador. A equipe realiza intervenções educativas e explicativas, e conta com plantas, croquis, e fotos para entendimento de situações e sintomas mais comuns, além de ações preventivas e corretivas das patologias encontradas, cartilhas e material instrucional para os casos mais freqüentes.

A equipe mínima necessária ao funcionamento de um consultório é composta por: assistente social, arquiteto, engenheiro, urbanista, geógrafo (opcional), consultores, voluntários locais e externos à comunidade, além de estagiários-bolsistas.

A quantidade de profissionais a se envolver no projeto deverá ser dimensionada de acordo com o tamanho da comunidade e das demandas do local em questão.

Podem compor o CAE as seguintes profissões constantes do Código Brasileiro de Ocupações (CBO): Arquiteto Urbanista, Engenheiro, Engenheiro Arquiteto, Geógrafo, Urbanista e Assistente Social. As equipes formadas devem ter no mínimo quatro profissionais, como sugere o quadro abaixo:

FORMATOS

FORMATO I – 4 PROFISSIONAIS(02 NÍVEL SUPERIOR + 02 CURSANDO –NÍVEL SUPERIOR)
FORMATO II – 6 PROFISSIONAIS (03 NÍVEL SUPERIOR+02 CURSANDO- NÍVEL SUPERIOR + 01 NÍVEL MÉDIO)
FORMATO III – FORMATO II + ASSISTENTE SOCIAL⁸

QUAIS AS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE TRABALHO?

Para que o trabalho seja bem-sucedido, as equipes devem interagir com seu público-alvo, respeitar sua cultura e conhecimentos adquiridos, criando condições para o crescimento de ambas as partes. O desenvolvimento adequado desses conteúdos aumenta a possibilidade de absorção dos conhecimentos pela população, o que favorece o aperfeiçoamento da sociedade.⁹

- Levantamento de dados e informações;
- Aproximação e mobilização da população;
- Produção de documentos (plantas, croquis, cadastros, registros fotográficos e filmográficos, relatórios, questionários, entrevistas, geoposicionamentos, etc);
- Capacitação dos diversos atores envolvidos;
- Organização da infraestrutura de eventos (elaboração dos banners, folhetos e páginas em mídias, comunicação com os atores locais e divulgação).

MATERIAL DE IMPLANTAÇÃO DO CAE

Alocação de verba para compra de material e para impressões (em planilha ao fim do trabalho).

⁸ Manual sobre o Cuidado à Saúde junto a População em Situação de Rua

⁹ Manual de saúde do Adolescente (SECURED)

- Material de escritório e pesquisa de campo: celular, lápis, caneta, prancheta, papel ofício ou A4, classificadores rápidos, impressora (opcional), tablet, máquina fotográfica, pen-drive, trena;
- Material de limpeza: papel higiênico, toalhas de papel, sabonete líquido, álcool gel;
- Material pessoal: camiseta branca ou avental com logo do projeto, crachá de identificação com prenome, botas com proteção, capacete, calça jeans.

SENSIBILIZAÇÃO, RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE JOVENS

VI - Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;

Os jovens da comunidade que quiserem participar podem ser selecionados após a primeira oficina de apresentação do GUIA. Como sugestão, a realização de uma segunda oficina, esta direcionada a mobilização dos jovens, contribuindo para sua valorização e fortalecimento do protagonismo juvenil dentro da comunidade.

Ao final da “Oficina Para Jovens”, eles deverão ser convidados a preencher uma ficha de inscrição e orientados antes do preenchimento. Na qual deverá conter: nome, endereço, idade, telefone, e-mail e também, uma breve apresentação pessoal e a motivação para participar do projeto.

Dentre as tarefas dos jovens pode-se sugerir:

- Aplicação de questionário;
- Guia do CAE na Comunidade;
- Divulgação de eventos (agente promotor): palestras, oficinas e mini-cursos;
- Monitor em eventos promovidos pelo Consultório.

A divulgação será feita na rádio comunitária (se houver), através de panfletos distribuídos pelos agentes de saúde que já atendem a comunidade e afixado no próprio Consultório, nos estabelecimentos comerciais e escolas do bairro. As fichas de seleção serão, em seguida, analisadas pelos membros da equipe do projeto e o resultado final da seleção dos jovens, a seguir, divulgado.

ROTINA DE ATENDIMENTO

Para facilitar o atendimento, foram sistematizadas as etapas pelas quais o cliente deve passar. Dessa forma, um formulário de triagem é utilizado para conhecer o perfil socio-econômico, as características da moradia e a demanda do cliente. Durante a entrevista, espontaneamente, o (a) cliente relata seus problemas, a situação atual, e suas expectativas com relação a sua habitação.

Após a entrevista, uma visita é agendada para o cadastramento da edificação, fotografias, entendimento do problema, percepção do entorno vizinho e identificação geográfica da área onde está inserida a moradia a fim de gerar um diagnóstico, um contato telefônico marca o retorno do cliente para a “reconsulta”.

Na ocasião do atendimento é entregue um relatório onde pode constar desde o endereço de um órgão a fim de buscar ajuda legal, em se tratando de um litígio de vizinhança, como uma descrição das providências a serem tomadas para eliminar ou minimizar o problema assim, como uma lista sumária de material, acompanhada de planta, croqui, desenho ou esquema. As explicações são checadas através de perguntas ao cliente que precisa sair do Consultório somente após ter entendido o que foi proposto.

MODELO DE INFORMATIVO DIRIGIDO AO CLIENTE

A seguir, o modelo de informativo, dirigido ao cliente e distribuído quando do seu agendamento de consulta. Importante ler, juntamente, com o mesmo todos os itens, esclarecendo cada tópico, e mostrando a importância de se preocupar e interagir não só com as questões de sua própria casa, mas, também, com o entorno, encostas, taludes e construções próximas a sua habitação.

Uma vez informado dos procedimentos, riscos e da necessidade do acompanhamento diário da situação de sua própria casa, o cliente do Consultório passa a ser um agente multiplicador de boas práticas construtivas, ao desenvolver capacidade crítica e imparcialidade sobre sua própria questão e alertando vizinhos e amigos que estejam em situação semelhante.



INFORMATIVO DIRIGIDO AO CLIENTE DO CONSULTÓRIO

O que é uma consulta?

Consultar significa pedir conselho, opinião, parecer, obter informações a respeito de alguma questão.

Durante a consulta: você responderá a um questionário contendo, por exemplo, desde o seu tempo de moradia na área, até quantos cômodos tem sua casa. Conte um pouco sobre sua chegada a moradia, como a comprou, construiu ou ampliou, quem mora com você e ao seu lado, traga fotos para nos ajudar a entender o problema em questão. Abaixo dicas importantes para uma boa consulta:

1. Visitas

Marque um horário com antecedência. O Consultório não dispõe de atendimento de urgência ou pronto atendimento. Todas as visitas, ao local, precisam ser agendadas.

2. Acompanhantes

Evite trazer acompanhantes para não se sentir constrangido ao falar sobre as fragilidades de sua moradia ou mesmo sobre a intimidade do seu lar. O acompanhante só será necessário se puder dar informações adicionais sobre a sua habitação.

3. Cronologia

Procure fazer um resumo do seu problema antes da consulta. Coloque os fatos em ordem cronológica, do início da situação até o dia da consulta. Se possível escreva, para não esquecer.

4. Providências (cortes, aterros, calhas, lonas, produtos e conexões)

Faça uma lista de todos os produtos ou conexões que você usou, ou providências que tomou, principalmente, durante o período de chuvas para minimizar o problema de sua casa.

5. Entorno

Anote todas as obras (reformas, ampliações, construções, corte na encosta) que estão sendo feitas a sua volta, mesmo que, aparentemente, não tenham relação direta com a questão. Se possível, leve as fotos de sua casa e do entorno (casas vizinhas).

6. Fotos

Leve as fotos recentes relacionados à sua queixa atual. Nunca jogue fora fotos antigas, mesmo as que não registravam problemas. É muito importante saber o que havia em época anterior, se o imóvel estava bem, o que havia ao lado ou acima.

7. Dúvidas

Esclareça todas as suas dúvidas na consulta. Se precisar, anote as providências imediatas a serem tomadas informadas pelo profissional.

8. Lembre-se

O resultado do tratamento dispensado a sua moradia depende de você, de suas informações, de sua dedicação em tomar as providências e os cuidados recomendados.

PRAZO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA DO CAE NA COMUNIDADE

O CAE precisa de um prazo mínimo de permanência que ofereça a possibilidade de reconhecimento da área por parte dos residentes, aproximação e entendimento da lógica de construção criada pelas condições do lugar e as adequações feitas pelos moradores advindas do enfrentamento das dificuldades de implantação de suas moradias no território, além de integração através de metodologias participativas, e interação através da rotina de convívio.

Recomenda-se que a frequência deva ter no mínimo 2 turnos semanais, manhãs das 8-12h ou 9-12h , ou tardes das 14-17h ou 14-18h (ressalvando as dificuldades de deslocamento para áreas mais retiradas), perfazendo de 3 a 4h diárias, e totalizando mensalmente de 24h a 32 horas de Assistência Técnica no território eleito.

A experiência deve obedecer ao formato de um semestre letivo e deve estar alinhada com o começo e o fim do mesmo. A ementa deve ser clara sobre o conteúdo dessa experiência universitária extramuros e da disponibilidade de deslocamento do participante (graduando, pós-graduando) para sua realização.

JUSTIFICATIVA

Entende-se que, hoje, é possível, não só, inserir disciplinas nos cursos de arquitetura, urbanismo e engenharia referentes aos temas da habitação popular, como também criar mecanismos de aproximação de graduandos e pesquisadores às realidades material e social de uma comunidade, servindo como substrato para projetos de moradias populares ligados a saúde, saneamento e assistência técnica, justificáveis pela necessidade do atendimento a demanda crescente de programas oriundos da política nacional de habitação social.

Oportunizando ao aluno, uma preparação para o desenvolvimento de trabalhos, que respeitem a cultura e os hábitos locais e atue, utilizando seu conhecimento técnico, como co-agente de transformação-integração, assumindo o compromisso de providenciar a participação ativa da comunidade em todas as etapas do processo.

OBJETIVO(S)

O objetivo primordial do Consultório é ofertar uma experiência socio-educacional tecnológica que envolva a relação teoria e prática, com vistas a preparação e orientação do profissional que contribuirá para o desenvolvimento da realidade material e social de uma comunidade, e, por conseguinte de uma cidade.

Assim, a proposta, visa integrar o desenvolvimento de processos de formação técnica e humana de maneira integral, articulada com o contexto social, econômico, ambiental e histórico. A riqueza da experiência na instalação do Consultório de Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, visa incentivar a produção de diversos trabalhos e atividades acadêmicas, além de projetos de pesquisa nas áreas de assistência técnica em habitação de interesse social.

As informações aqui contidas são decorrentes de uma experiência coletiva empreendida por um grupo de estudantes de pós-graduação, na Comunidade do Calabar, em Salvador, na Bahia, registradas e sistematizadas pela autora. Nele estão contidas instruções básicas, padronizadas e atualizadas, necessárias à montagem desse módulo externo e itinerante de assistência, investigação e coleta de dados. Ao oferecer este formato de experiência, o Consultório pretende:

- Atender as demandas crescentes na área de habitação social;
- Contribuir para a capacitação técnica de profissionais na área de assistência técnica individual (orientação a autoconstrução), assistência técnica coletiva (execução de conjuntos habitacionais em regime de autogestão) criando melhores condições de habitação, saúde e segurança para o morador da comunidade investigada;
- Fomentar trabalhos e atividades acadêmicas nas áreas de arquitetura popular e vernacular;
- Gerar mapas, inclusive do diagnóstico técnico-participativo (nesse caso - por meio do "filtro" do Consultório) como um diagnóstico parcial, pois depende da aproximação voluntária de cada um.
- Promover iniciativas de extensão com ênfase ao direito à cidade e a habitação;
- Servir de ferramenta de uma primeira aproximação em casos individuais numa comunidade e como auxílio no diagnóstico das principais demandas;

As consultas realizadas dentro do Consultório de Assistência Técnica devem ter como objetivo na comunidade:

- Desestimular práticas que levem a riscos ambientais e riscos aos habitantes dos imóveis;
- Empreender processo participativo de projeto e implantação;
- Estimular a implantação de calhas para águas pluviais e redes domésticas de águas e esgoto, como forma de complementar a infraestrutura urbana e as redes de drenagem e coleta, minimizando o assoreamento e degradação da pavimentação;
- Orientar quanto ao descarte de resíduos sólidos melhorando a salubridade e a proliferação de vetores;
- Orientar as construções no sentido de obedecer ao alinhamento da rua e evitar a particularização (instalação de mesas e cadeiras, fechamento com grades e portões) de avenidas e vielas com o intuito de possibilitar o acesso perene de serviços públicos e de emergência, além de minimizar conflitos;
- Orientar os moradores na autogestão e autoconstrução;
- Orientar quanto à forma de expansão das construções nas áreas;
- Orientar quanto ao reordenamento da ocupação (alinhamento da construção com relação à rua e as demais);
- Orientar quanto à regularização fundiária;
- Promover a acessibilidade, priorizando a circulação de pedestres e o deslocamento de macas e cadeiras de rodas quando em situação de emergência;
- Qualificar as relações funcionais da área com o tecido urbano do entorno.

BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Somente, a partir da década de 1980, as legislações e as políticas do poder público passaram a reconhecer as favelas e a “legitimar” esse tipo de moradia através de diversos programas de urbanização. Mas quase dois séculos se passaram desde que Engels em 1840, escreveu em seu livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, as transformações ocorridas a partir da Revolução Industrial, e sua repercussão social, econômica e urbana produzida ao redor do mundo.

Os relatos minuciosos descrevem as condições de vida dos trabalhadores, de que forma sua moradia era produzida, onde se situava, como era negociada e com quem era partilhada, em muito se assemelhando a maneira atual de morar da classe com baixa instrução.

VII - Planejamento do desenvolvimento da cidade. da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano

O século 21 chegou e a busca pela melhoria das condições de moradia das populações de baixa renda nos assentamentos urbanos ainda se mostra como um desafio. As várias lacunas deixadas ao longo dos anos pelas propostas, dos técnicos e gestores públicos, para o planejamento urbano - muitas sequer saíram do papel - deixaram marcas profundas nas cidades reais.

É possível viver, uma vida inteira numa cidade sem nunca ter precisado entrar ou circular numa favela, o modo “inventado” de morar dessas pessoas, causa espanto e discriminação social, é forma desconhecida, não tabulável, e, portanto, ignorada por muitos que vivem nas grandes metrópoles.

Se, por um lado, a habitação providenciada pelo morador não se mostrou capaz de atender critérios mínimos de conforto, segurança e salubridade e por outro, ainda, se questiona os projetos de habitação destinados à população de baixa renda, financiados pelo poder público. Como equalizar essa situação de modo a produzir um modelo de habitação que atenda e entenda essa população segregada da malha urbana?

Em Salvador, a publicação da Lei Municipal no. 3293 de 23 de setembro de 1983 deu partida às primeiras ações de regularização fundiária em áreas de habitação popular no município, estabelecendo normas de uso e alienação de bens imóveis de propriedade municipal.

A Constituição Federal de 1988 incluiu um capítulo sobre política urbana, no qual trata de instrumentos de reforma e de uma nova política habitacional, com parâmetros que passam a

considerar a função social da cidade e a existência de áreas informais que carecem de equipamentos públicos e de serviços essenciais.

Em 2001, a Lei 10.257/01, cria o Estatuto da Cidade, com o qual garante assistência técnica e jurídica para comunidades de baixa renda. No ano de 2005, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), através da Lei 11.124/05, tendo em vista o fomento a habitação de interesse social, com o objetivo de implementar investimentos e subsídios advindos do Fundo de Habitação de Interesse Social. O fortalecimento das políticas públicas de promoção da habitação, através deste sistema, incentiva a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

E, finalmente, em 2008, é sancionada a Lei Federal no.11.888, que estabelece a **Assistência Técnica Pública e Gratuita** às famílias de baixa renda, já mencionada anteriormente.

A EXPERIÊNCIA PIONEIRA DO CONSULTÓRIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (CAE) NAS COMUNIDADES DO CALABAR E ALTO DAS POMBAS EM SALVADOR

As informações, aqui, contidas são decorrentes de uma experiência coletiva empreendida por um grupo de estudantes de pós-graduação, na Comunidade do Calabar e Alto das Pombas, em Salvador, na Bahia, registradas e sistematizadas pela autora. Nele estão contidas instruções básicas, padronizadas e atualizadas, necessárias à montagem desse módulo externo e itinerante de assistência, investigação e coleta de dados.

A poligonal definida como área de estudo e proposta para intervenção com vistas à elaboração de planos, anti-projeto de leis, manuais, cartilhas, cursos, projetos urbanísticos e de melhoria habitacional, levou em consideração não só os aspectos físico-territoriais e geográficos, como também as demandas de assistência técnica para as moradias do local e para os espaços coletivos, apontados através da metodologia de aproximação, o Consultório, que previu e realizou, atendimentos na comunidade, com visitas as habitações, circulação a pé por todos as vias carroçáveis e de pedestres, fez a coleta de dados históricos, socioambientais, economicos e culturais, além do acervo fotográfico atualizado, e de cuidadoso estudo e análise pela equipe de técnicos que se fixou na área, dos planos, estudos, pesquisas e projetos pré-existentis, realizados e em curso para o local.

LEGISLAÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

LEI FEDERAL Nº 11.888

TEXTO DA LEI Nº 11.888/2008 Comentários

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei **assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social**, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Art. 2º As **famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos**, residentes em áreas **urbanas ou rurais**, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o **projeto e a construção** de habitação de interesse social para sua própria moradia.

MORADIA DIGNA É DIREITO CONSTITUCIONAL:

“SÃO DIREITOS SOCIAIS A EDUCAÇÃO, A SAÚDE, A ALIMENTAÇÃO, O TRABALHO, A MORADIA, O LAZER, A SEGURANÇA, A PREVIDÊNCIA SOCIAL, A PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, A ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS, NA FORMA DESTA CONSTITUIÇÃO (art. 6º)” E A PROPRIEDADE URBANA DEVE CUMPRIR SUA FUNÇÃO SOCIAL DETERMINADA NO PLANO DIRETOR (art. 182).

O ESTATUTO DA CIDADE (LEI Nº 10257/2001) DETERMINA QUE:

A “ASSISTÊNCIA TÉCNICA E JURÍDICA GRATUITA PARA AS COMUNIDADES E GRUPOS SOCIAIS MENOS FAVORECIDOS” É UM DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS DA POLÍTICA URBANA, REGULAMENTANDO OS ARTIGOS CONSTITUCIONAIS.

MODELO PARA IMPLANTAÇÃO DO CAE

As construções providenciadas pela população de baixa renda, na maioria dos casos, tornam-se espaços construídos de baixa qualidade física e ambiental que terminam não atendendo as famílias de maneira adequada. Somado a isso, estão as iniciativas recentes de urbanização, de assentamentos precários, advindas de programas habitacionais governamentais, vem gerando conjuntos habitacionais coletivos de baixa qualidade construtiva, unidades residenciais mínimas, não ampliáveis e com péssimas soluções internas.

Neste sentido, a proposta de assistência técnica, elaborada através do CAE, visa criar um sistema capaz de aproximar o morador do profissional de arquitetura e construção, a fim de promover a prestação de serviços de arquitetura de forma simples, direta e personalizada. Ou seja, o profissional fará um projeto de arquitetura, ou prestará assistência técnica adequada àquela família e às suas especificidades, a partir das condições existentes de moradia. Atuando na prevenção de acidentes, melhoria das condições de ventilação, iluminação, saúde e acessibilidade da família atendida na sua própria casa.

O primeiro atendimento das famílias no CAE é feito a partir da aproximação voluntária do morador do local.

O CAE admite e incentiva a criação de parceria com outros órgãos e entidades para fins de ampliação e mais rápida inserção dos seus serviços numa comunidade. A proposta deste GUIA não é excludente, pois não pretende substituir nenhum tipo de produção ou ampliação de habitação, pelo contrário, visa complementar a oferta de atendimento que não se enquadra nos programas de melhorias habitacionais existentes e ao mesmo tempo, contemplar a aproximação entre morador, habitação popular e profissionais afins.

O QUE CONTÉM A LEI 11.888/08?

Art. 2º *As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.*

§ 1º *O direito à assistência técnica previsto no caput deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.*

§ 2º *Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:*

I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;

III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;

IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com legislação urbanística e ambiental.

O QUE ESTE GUIA PROPÕE PARA A IMPLANTAÇÃO DO CAE?

Tendo como meta, conjugada, a assistência técnica direta ao usuário, ou grupo de usuários, e uma atuação globalizada, porém valorizando pontualmente cada habitação de maneira integral, ou seja, casa, vizinhança e meio ambiente, recomenda-se incentivar a moradia individual (unifamiliar), com vistas à redução da coabitação (déficit quantitativo) e o adensamento habitacional/insalubridade (déficit qualitativo).

Em médio prazo quando o CAE, já, estiver minimamente implantado, e os procedimentos operacionais em andamento, deve-se incentivar soluções de qualificação das relações funcionais da área com o tecido urbano do entorno, que se utilizem das tipologias multifamiliares e de uso misto, visando promover a integração intra e extra-comunidade, através da diversidade tipológica e construtiva, além de incentivar as relações entre vizinhanças, nos pontos de contato (bordas) entre a comunidade e os vizinhos do entorno, pela oferta de produtos e serviços.

Recomenda-se ainda, a partir de convênios com universidades, faculdades, escolas, ong's, oscip's e prefeituras, a promoção de projetos e obras de qualificação dos espaços coletivos em áreas urbanas de comunidades de baixa renda que estejam dentro dos critérios e princípios norteadores do CAE, das propostas pré-existentes para o lugar e das expectativas dos seus moradores.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CAE

O CAE tem como princípios norteadores o respeito ao contexto sócio-cultural da população assistida, o acolhimento (da pessoa e do problema apresentado por ela, mesmo que não seja possível resolvê-lo, é importante ouvir o que ela tem a dizer), o estímulo a iniciativas pessoais, a inclusão gradual e definitiva da comunidade ao seu entorno, o esclarecimento dos riscos gerados pela autoconstrução leiga, as ações de redução de danos no espaço coletivo e individual, a transversalidade do projeto.

O Consultório é uma estratégia personalizada de ampliação do acesso pela população dos serviços de assistência técnica a sua moradia visando minimizar a vulnerabilidade social e física desse morador e promover a sua autonomia técnica, a intenção é a de criar vínculos mais verdadeiros e confiáveis, além de aproximar essa população das redes de atenção a saúde, educação, saneamento e assistência social. Importante destacar o entendimento da moradia como um direito de todos os indivíduos e aceitação das diferenças.

TIPOS DE RELATÓRIO

Há dois tipos de relatório:

- O Relatório Negativo, aquele no qual não é possível realizar a demanda do cliente, a exemplo de fazer um layout para um terceiro ou quarto piso, desde quando não é possível avaliar as condições estruturais da edificação, nestes casos desestimula-se a construção desse pavimento com argumentos de segurança e legislação ou pertencimento a área previamente considerada de risco pelas autoridades;

- O Relatório Positivo no qual o cliente, a exemplo da existência permanente de mofo e umidade oriundos de infiltrações, sai com a lista de material necessária ao reparo da situação.

MODELO DO CARTAZ E PANFLETO DE DIVULGAÇÃO

A divulgação deve ser feita através da criação de uma página na internet (facebook), de cartazes elaborados e afixados nos murais internos e externos ao local proposto para o funcionamento do CAE e panfletos distribuídos pelos membros da equipe em caminhadas pela comunidade, seguidos por um(a) líder comunitário(a) e em parceria, com os agentes comunitários que fazem visitas regulares as moradias e portanto, tem livre acesso e mais confiança do morador.

Dúvidas sobre **reforma e construção** de sua casa ?

Quer ter dicas sobre **Infiltração, rachaduras, mofo** ?

Como melhorar os **espaços coletivos** de nosso bairro ?

? pergunte ao arquiteto

09, 11, 16, 18, 23 e 25 de julho de 9 às 12h na Biblioteca Comunitária do Calabar (BCC)

Consultório de Arquitetura e Engenharia

A equipe de arquitetos e engenheiros da UFBA estará disponível para dar **consultas gratuitas** para moradores do Calabar. No ato da consulta, se possível, traga fotos ou outras informações que ilustrem o problema em questão.

UFBA
RESIDÊNCIA AU+E
UNIVERSIDADE FEDERAL DO BAHIA

f Assistência Técnica no Calabar
rauecalabar@gmail.com

Exemplo do cartaz do CAE para a agenda do mês de julho/2014

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CALABAR
RESIDÊNCIA AU+E
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Consulta em domicílio – Turma Calabar

- Data da visita: 18/06/2014
- Realizada por: Gabriela Metzker, Stefano Pisanu e João Maurício
- Relator(a): Gabriela Metzker
- Em atendimento a demanda: da Sra. Maria Lúcia da Silva Gomes
- Residente à : Rua Paula Ney, 114, Largo do Alto das Pombas – Alto das Pombas

ROTEIRO - Saída da Biblioteca Comunitária Calabar – 9h30min
Chegada a casa da Sra. Maria Lúcia no Alto das Pombas – 9h45min
Término da visita – 10h45min

HISTÓRICO - A cliente procurou o consultório com o intuito de resolver o problema de infiltração na parede do quarto de casal que vem causando mofo, umidade e danificando a pintura e o reboco da alvenaria cerâmica. A parede, em questão, fica ao lado do muro de uma casa abandonada, que visitamos a fim de entender de que maneira a água estava sendo escoada daquele telhado para o terreno. Foi possível vistoriar a casa e ficou constatada a existência de um tubo de 75mm que canaliza a água de chuva de metade do telhado, de duas águas, que cobre a referida casa.

Pontos Importantes: O terreno da casa abandonada, fica mais alto que o terreno da Sra. Maria Lúcia, o que contribui para o escoamento da água pelo desnível entre os terrenos. Além disso, o tubo que está localizado ao pé do muro da fachada está desconectado da tubulação vertical ficando sem função. Vale salientar que a saída vertical de água do tubo direcionada para canto do terreno, o mantém constantemente molhado.

SUGESTÃO - Para a questão que se apresenta sugerimos a aquisição de: 01 joelho de 75mm, 4 metros de tubo com diâmetro=75mm, 1 lixa e 1 tubo de cola adesiva para adesão das conexões. O joelho será instalado no fim do tubo, em seguida 3,30m (dimensão interna do muro) serão conectados através da cola e por fim o tubo se conectará a saída pré-existente.

MEMORIAL DA ÁREA (foto, croqui, esquema ou planta)



Fotos da questão em evidência que mostra a interface entre a parede da Sra. M. Lúcia e o tubo de escoamento do telhado do vizinho fixado na fachada do mesmo

PROPOSTA DE FUNCIONAMENTO

1. Os procedimentos operacionais padrão (POP), deverão ser atualizados, anexados e customizados toda vez que:

1.1 Houver alterações na estrutura física do CAE, ou seja, quando o mesmo mudar de comunidade, conjunto habitacional coletivo, território ou favela, e não mantiver qualquer das características espaciais do local de atendimento anterior;

1.2 Houver alteração na estrutura humana (operacional), ou seja, quando o número de participantes sofrer baixas ou altas em seu formato, que culmine na necessidade de redistribuição de tarefas.

PÓS - MONTAGEM DO CAE

1. Capacitação permanente

A lei define que:

Art. 5º *Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos por esta Lei, podem ser firmados convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia.*

Parágrafo único. *Os convênios ou termos de parceria previstos no caput desse artigo devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.*

1.1 Dos profissionais técnicos:

A promoção de cursos e programas de capacitação profissional, em diversos níveis, para a área de construção civil e participação social, voltados para atuação nos serviços de assistência técnica, visa apoiar, atualizar e incentivar profissionais técnicos inseridos em projetos de assistência técnica de modo a mantê-los em permanente processo de qualificação, visando a melhoria contínua dos serviços prestados a comunidade.

2.2 Da população assistida:

Ao mesmo tempo em que prepara, também, a população assistida para servir como mão de obra para trabalhos de mutirão, autogestão e autoconstrução, nas áreas de execução, manutenção e conservação das suas habitações e do entorno.

2. Assessoria permanente

Os profissionais técnicos atuantes devem contar com um banco de consultores permanentes, profissionais com expertises diversas, desde a regularização fundiária, mediação de conflitos, soluções para encostas, trabalho social, etc, que devem se cadastrar no programa. Podendo ser os próprios coordenadores, orientadores, tutores, ou professores convidados, além de voluntários.

3. Avaliação permanente

O uso de um sistema de avaliação permanente para os serviços de assistência técnica prestados pelos profissionais durante a permanência do Consultório é condição indispensável à melhoria progressiva do atendimento às necessidades da população assistida.

Sugestões, para aperfeiçoamento do GUIA, enviar e-mail para:

castrocgm@hotmail.com

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é suficiente propor estudos baseados, apenas, na divisão geográfica, o limite externo imposto pela cidade formal, que propõe enclaves para as zonas residenciais de baixa renda, pelo contrário, é preciso recorrer à teoria marxista que apresenta a cidade como um local de contradições e conflitos provocados pelas complexas relações de produção e pelo crescimento urbano desordenado como ponto de partida e insumo para a valorização da necessidade imperativa de conhecer essas comunidades mais de perto, individualizadas pela paisagem, pelo entorno, pelas áreas residenciais, mistas, individuais e coletivas, pelos referenciais simbólicos e materiais, mas principalmente pelas relações de vizinhança e vínculos entre os seus moradores, como também, pela deficiência na oferta de serviços essenciais.

A ideia é ampliar os conhecimentos e oferecer soluções de problemas concretos de habitação e, por conseguinte, de saúde, com os quais os técnicos, estudantes e pesquisadores se defrontam em sua prática. O maior desafio foi criar um material que, não tivesse a pretensão de esgotar esse tema, mas que estimulasse a capacidade de observação, reflexão e crítica, além do aporte plural de saídas.

A implantação de um sistema integrado de prestação de Assistência Técnica direta de forma gratuita é instrumento fundamental para assegurar o direito à moradia digna para a população de baixa renda. Este GUIA visa definir padrões e rotinas, além de orientar a implantação do CAE com vistas, primeiramente, a criar uma aproximação entre universidade-profissional-comunidade e em seguida, viabilizar, através de projetos, palestras, cursos, oficinas e cartilhas, a autonomia técnica e crítica, de parte significativa dos habitantes das áreas envolvidas.

O envolvimento dos profissionais em nível local é fundamental para efetivar programas sociais a partir das demandas advindas dos diagnósticos sócio-participativos do ambiente estudado e para fomentar a troca de informações em níveis nacionais e internacionais, fortalecendo as iniciativas de cada região e uma maior abrangência das políticas públicas.

A instalação de um Consultório de Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia em comunidades e assentamentos de baixa renda, exigiu o desenvolvimento de uma ferramenta de orientação teórico-metodológica própria, este GUIA, que requer atualização constante a fim de que sirva como base a construção de um “quadro clínico” preciso, fundamental a prescrição de “medicação” correta (bióticos de última geração) às necessidades contemporâneas dessa população.

Entender o processo de produção dos espaços das favelas significa compreender a habilidade em se organizar coletivamente, o alto grau de adaptabilidade às condições desfavoráveis espacial e territorialmente, e o potencial criativo desses indivíduos.

Neste contexto, o papel do Guia se amplia para além de um roteiro de instalação do Consultório e uma ferramenta de orientação. Torna-se um instrumento que promove a troca de saberes, onde técnicos e moradores dialogam sobre formas mais apropriadas para soluções de problemas da arquitetura e construção locais.

Como desdobramentos desse projeto, questões educativas que envolvam as dificuldades inerentes a cada lugar assim como as condições sociais e ambientais podem ser incluídas no Guia, no intuito de promover relações de respeito com o outro e zelo com o espaço e ambiente coletivos, incrementando o sentido de pertencimento ao lugar, essencial ao desenvolvimento local.

A contrapartida social promovida pela universidade por meio da assistência técnica gratuita em arquitetura, urbanismo e engenharia contribui com a expansão do olhar que empodera o técnico-residente-morador-cidadão como agentes de transformação sócio-ambiental capacitados a viabilizar seus projetos com ou sem apoio financeiro de instituições externas.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46/2009

Ministério das Cidades, Secretaria Nacional da Habitação, 2009

LEI Nº 10.257, ESTATUTO DA CIDADE

DE 10 DE JULHO DE 2001

http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.htm

LEI Nº7400/2008 - Plano de Diretrizes de Desenvolvimento Urbano (PDDU)

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

ESTATUTO DA CIDADE

http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.htm

LEI Nº 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005

SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO – SNHIS / FNHIS

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm

LEI 11.445/2007 – Diretrizes Nacional para o Saneamento Básico

LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008

LEI DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=258240>

LEI 12.587/2012, que institui diretrizes da política nacional de mobilidade urbana

RESOLUÇÕES CONCIDADES Nº25/2005 – Participação Popular

PROGRAMA ATME

Assistência Técnica à Moradia Econômica. SAERGS, CREA-RS. 2005

<http://www.iabrs.org.br/web/noticias/Noticia.aspx?id=2523>

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

1. Academia Nacional de Cuidados Paliativos. Acesso em 14.03.2014. Disponível em: <http://www.paliativo.org.br/noticias/tag/lancet/>.
2. ARAÚJO-Jorge, T. Embasamento técnico e sugestões para ações de controle das doenças da pobreza no Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Brasil. Nota Técnica N.1. Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/Diretoria, 2011. Acesso em 10/03/2014. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/>.
3. Associação Vizinhos Solidários. <https://www.facebook.com/pages/Association-Voisins-Solidaires/116633488454657?fref=ts>. Acesso em 10.02.2014.
4. BRASIL.L8080. Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990, Acesso em 09.03.2014. Disponível em : <http://www2.planalto.gov.br/>.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. A saúde de adolescentes e jovens: uma metodologia de auto-aprendizagem para equipes de atenção básica de saúde: módulo básico / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Acesso em :09.03.2014. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0272_M.pdf.
6. BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2010. Acesso em 07.02.2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100408_relatoriodm.pdf.
7. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota MDS – O Perfil de Extrema Pobreza no Brasil com Base nos Dados Preliminares do Universo do Censo 2010. Brasília, Acesso em 07.02.2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/11.05.02_Nota_Tecnica_Profil_A.do_c/view
8. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Resultados Definitivos da Contagem 1996. Brasília. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/default.shtml>. Acesso em: 16/03/2014. http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasileiros_brancos.
9. BUENO, Laura Machado de Mello. Texto: Contribuição para o conhecimento sobre as favelas no Brasil. Observatório de Favelas, 2011.
10. CONCEIÇÃO, Fernando. Cala a boca, Calabar! 1986.
11. CNDSS – Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil. Brasília, 2008. Acesso em 09.02.2014. Disponível em: <http://www.determinantes.fiocruz.br/>.
12. DAMATTA, Roberto. A casa & a rua, 5ª. Edição – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
13. ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

14. Festa dos Vizinhos. Acesso em 11.03.2014. Disponível em> <http://icalendrier.fr/fetes/fete-des-voisins/>.
15. Fundação Nacional de Saúde, 2010. Manual de Saneamento. Ministério da Saúde, Departamento de Saneamento. Brasília. DF. Acesso em 08.03.2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saneamento.pdf>.
16. GORDILHO-SOUZA, Angela. Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX/p.16.
17. GORDILHO-SOUZA (organizadora), Angela. Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90.
18. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base no censo de 2010. (Fonte: Bahia Econômica 20.05.2013) site Sinduscon acesso em 12.03.14, disponível em http://www.sinduscon-ba.com.br/noticias/prg_not_exi.cfm/1AF10DCD/bahia-tem-o-2-maior-deficit-habitacional-do-pais-e-salvador-esta-em-4).
19. Lefebvre, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
20. Lei 11.977/09 – Minha Casa Minha Vida.
21. Lei 11.888 – Assistência Técnica.
22. Lei 6766 – Política Nacional de Uso e Ocupação do Solo.
23. Manual de saúde do Adolescente (SECURED).
24. Manual para Implantação de Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação Social , IAB/RS.
25. Manual sobre o Cuidado à Saúde junto a População em Situação de Rua
26. Ministério do Urbanismo e Habitação. Sub-programa de auto-construção dirigida. 1º. Conselho Consultivo MINUHA. Angola, 2013.
27. MORAES, Luiz Roberto Santos. Avaliação e proposição de ações de saneamento Ambiental em Área Periurbana: um esforço com uso de metodologia participativa na comunidade do Calabar/Salvador. Acesso em:10.03.2014. Disponível em: https://www.academia.edu/4441536/Avaliacao_e_proposicao_de_acoes_de_saneamento_ambiental_em_area_periurbana_um_esforco_com_uso_de_metodologia_participativa_na_comunidade_do_Calabar_Salvador
28. MORAES NETO, Antonio Henrique Almeida de - Rede Brasileira de Habitação Saudável, Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ - BRASIL).
29. PIMENTA, Selma G e FRANCO, Maria A. Santoro. Pesquisa em educação. Possibilidades investigativo-formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
30. Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal da Habitação. Termo de Referência – Regularização Fundiária Sustentável das Áreas de Calabar/Alto das Pombas, Gamboa/Unhão, Canabrava e Narandiba (Roberto Santos e Saboeiro), 2006.

31. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Acesso em 08.03.2013. Disponível em:
http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?Indiceaccordion=1&li=LI_ATLAS2013.
32. Relatório Políticas Sociais Censo, capítulo08.pdf, p.313 a 367. Acesso em 08.02.2014. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_20_cap08.pdf.
33. SAMPAIO-RALHA, J. Comunidades Virtuais: Definições, origens e aplicações. Disponível em <<http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/ead/document/?down=79>> Acesso em: 22.03.2014.
34. SANTANNA, Márcia. Arquitetura popular: espaços e saberes. Acesso em 10.08.2014. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufba.br/node/136>.
35. SECCHI, Bernardo. A cidade do século XX: São Paulo: Perspectiva, 2009.
36. SILVA, Maria Laís Pereira da Silva. Texto. Favela: É geral? É particular? É urbano? Observatório de favelas.
37. SILVA, Valdiese Oliveira da. A representação do Calabar na mídia soteropolitana. Monografia de Conclusão de Curso apresentada e defendida junto à Faculdade Social da Bahia, Comunicação Social – Jornalismo, 2007.1, orientada pela Prof.^a Lilian Reichert Coelho.
38. UFBA, Programa Vizinhanças: Intercambiando Saberes / Práticas entre a UFBA e Comunidades do seu entorno, 2013.
39. WEIMER, Günter. Arquitetura popular brasileira: São Paulo: Martins Fontes, 2005.

4.5 Definição dos principais meios necessários para o desenvolvimento ou implantação do projeto/ anteprojeto, como subsidio para efetivação de um Termo de Referência.

Para a publicação e divulgação do Guia será necessário:

ETAPA 1) Realizar 2 reuniões com a universidade:

- **1ª REUNIÃO**

Público alvo: discentes e docentes

Conteúdo e objetivos: Reapresentar o projeto e propor a publicação do guia e posteriormente, a inclusão de matéria com o objetivo já mencionado.

- **2ª REUNIÃO**

Público alvo: patrocinadores, associações, grupos, entidades, ongs, fundos, bancos, universidade, faculdades, gráficas e editoras.

Conteúdo e objetivos: elencar as vantagens de patrocinar a publicação do guia, dar ciência do conteúdo do projeto e implantá-lo nos cursos de arquitetura e urbanismo,

dando ênfase a necessidade de desenvolver profissionais com expertises nas áreas de assistência técnica e direito à cidade.

ETAPA 2) Contratar designer para elaboração do projeto de design gráfico.

ETAPA 3) Ajustar o guia: correção, revisão, editoração e produção do manual-piloto de acordo com as últimas considerações feitas pelos professores, patrocinadores e editora.

ETAPA 4) Desenvolvimento e conclusão do Guia

O produto final, em nível de projeto executivo, deve conter:

- Projeto gráfico;
- Especificação de todos os materiais como: gramatura e tipo de papéis da capa, e folhas internas e de acabamento;
- Editoração;
- Revisão;
- Manual – Piloto
- Produção
- Publicação

6. Cronograma previsto (prazos para próxima etapa)

Estima-se que as etapas para desenvolvimento de projeto executivo do projeto proposto seja de 6 (seis) meses, conforme cronograma abaixo:

PRODUTOS/ ETAPA		MESES					
		1	2	3	4	5	6
ETAPA 1							
1- Reuniões com a universidade, discussão e definição de ajustes no projeto	Prazo em dias	0	30				
		▬					
ETAPA 2							
2-Levantamento das alterações e reunião com a designer	Prazo em dias	0	30	60			
		▬					
ETAPA 3							

PRODUTOS/ ETAPA		MESES					
3- Projeto gráfico	Prazo em dias			60	90		
ETAPA 4							
4- Editoração	Prazo em dias					120	
5 - Revisão e entrega para a produção na gráfica.	Prazo em dias						180

7. Equipe Técnica e Orçamento previsto

7.1 Composição da equipe técnica, recursos humanos, formação profissional e custo da equipe técnica, por hora/serviços

Quadro de equipe e custos de recurso humanos para desenvolvimento do projeto (6 meses de trabalho).

Formação/ Função	Nível	Experiência Exigida	Tempo Mínimo de Formação	Qtd.	Tempo Trabalho (horas)	Valor Total previsto
Arquiteto e Urbanista (Coordenador da equipe)	Senior	Coordenação e execução de projeto, englobando especialmente projetos urbanísticos. Desenvolvimento de projetos de forma participativa; trabalhos em grupo; reuniões comunitárias. Utilização do Software de Desenho Técnico AutoCAD.	>10 (dez) anos	01	40h/semana	(R\$6.715x6) R\$40.290
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo		Estar cursando, a partir do 7º período do curso de Arquitetura e Urbanismo. Utilização de softwares de Design Gráfico (CorelDraw, Illustrator) e do AutoCAD.	A partir do 4ºano (7º período)	01	20h/semana	(R\$790x6) R\$4.740
Estagiário de Engenharia Civil		Estar cursando, a partir do 7º. período do curso	A partir do 4º.ano (7º. período)	01	20h/semana	(R\$790x6) R\$4.740
Assistente Social	Pleno	Participação em planos ou projetos urbanísticos envolvendo mobilização e participação comunitária.	> 5 (cinco) anos.	01	20h/semana	(R\$1.800x6) R\$10.800
Engenheiro Civil	Sênior	Elaboração de projetos de terraplenagem, projeto estrutural e hidrossanitário.	> 10 (dez) anos.	01	20h/semana	(R\$3.357,5 x 6) R\$20.145

TOTAL						R\$80.715,00
-------	--	--	--	--	--	---------------------

*Os requisitos da equipe chave deverão ser comprovados mediante a apresentação dos documentos de comprovação profissional.

**O valor/hora de trabalho está de acordo com os pisos salariais de cada categoria profissional que tem seu piso definido por lei.

7.2. Serviços complementares e consultorias especializadas

MATERIAL	R\$ TOTAL
Contratação de designer para elaboração de projeto gráfico	R\$ 2.000,00
Produção em Gráfica – 1500 unidades	R\$ 4.800,00
total	R\$ 6.800,00

7.3. Gastos com transporte, aluguel de equipamentos, publicações, capacitação etc.

Transporte:

Auxílio-transporte para toda a equipe técnica pelos 6 meses de trabalho

PROFISSIONAL	R\$ DIÁRIA	QUANT. DE DIÁRIAS	R\$ TOTAL
Arquiteto Urbanista	6,00	120	R\$ 720,00
Engenheiro Civil	6,00	120	R\$ 720,00
Assistente Social	6,00	120	R\$ 720,00
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo	6,00	120	R\$ 720,00
Estagiário de Engenharia	6,00	120	R\$720,00
TOTAL			R\$ 3.600,00

Material gráfico:

Previsão semestral

MATERIAL	R\$ TOTAL
Plotagens eventuais para conferir levantamentos <i>in loco</i> e para apresentar mapas e desenhos de projeto às reuniões comunitárias	R\$200,00
Impressão gráfica de cartazes e panfletos para divulgação das reuniões e para qualquer outro material gráfico a ser distribuído na ocasião das mesmas	R\$300,00
TOTAL	R\$500,00

Material de Escritório:

Previsão semestral

MATERIAL	QUANT.	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
Resma de papel A4, 500 folhas	04	R\$20,00	R\$80,00
Caneta	20	R\$0,80	R\$16,00
Prancheta	06	R\$4,00	R\$24,00
Crachá	06	R\$4,00	R\$24,00
Classificador	06	R\$3,00	R\$18,00
Colete Personal. TNT ou dryfit	10	R\$6,00	R\$60,00
Camiseta br. personalizada	10	R\$12,00	R\$120,00
Capacete classe B	04	R\$24,26	R\$97,04
TOTAL			R\$439,04

Material de Limpeza:

Previsão semestral

MATERIAL	QUANT.	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
Papel higiênico	24	R\$1,50	R\$36,00
Papel Toalha Com 2 rolos	12	R\$5,00	R\$60,00
Álcool Gel	06	R\$6,00	R\$36,00
Sabonete Líquido	06	R\$9,00	R\$54,00
Trena	02	R\$10,00	R\$20,00
Copo descartável embal. com 50un	06	R\$6,00	R\$36,00
TOTAL			R\$ 242,00

Material de Informática:

MATERIAL	QUANT.	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
Computador com desempenho compatível com softwares de desenho gráfico.	01	R\$3.000,00	R\$3.000,00
Licença software autoCAD	01	R\$4.632,00	R\$4.632,00
HD Externa 1t	01	R\$300,00	R\$300,00
TOTAL			R\$7.932,00

ORÇAMENTO PREVISTO

A previsão de custos para o desenvolvimento deste trabalho, na forma de projeto executivo é de R\$ 100.228, 04 **(cem mil duzentos e vinte e oito reais e quatro centavos)** conforme valor estimado nas tabelas, acima, apresentadas.

Os preços propostos devem incluir todas as despesas diretas e indiretas necessárias á completa prestação dos serviços, a exemplo de deslocamento, materiais, força de trabalho, equipamentos, instrumentos, taxas, impostos, seguros e contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias, etc.

8. Viabilidade institucional, econômica e financeira possibilidades de parcerias governamentais, institucionais e privadas

Ufba – Edfba – Blanche del Tempo – Sedur – FEM - Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – Secult – SEMA – Odebrecht

¹ A minuta desse termo de cooperação será fornecida pela RAUE/UFBA, constando da cooperação estabelecida, doação do projeto e observando a possibilidade de continuação do mesmo pelos profissionais autores, após a conclusão do curso, como base nos conteúdos apresentados para um Termo de Referência, ou, em caso de impossibilidade dos autores, antevendo a possibilidade de continuação do projeto por outros profissionais, com a devida anuência dos autores da proposta.

9. Anexos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO


RESIDÊNCIA AU+E
 Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade


RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Consulta em domicílio – Turma Calabar

Data da visita: 23/07/2014

Realizada por: Arq. Paollo Giovanni Portela e Gabriela Metzker Castro

Relator(a): Gabriela e Paolo

Em atendimento a demanda: da Sra. Rosenilde Pereira Silva

Residente à : Travessa São Carlos, 51, Calabar

ROTEIRO

Saída da Biblioteca Comunitária Calabar – 9h00min

Chegada a casa da Sra. Rosenilde – 9h10min

Término da visita – 9h50min

HISTÓRICO

A visita foi realizada na residência da solicitante, e lá constatou-se que a casa fica vizinha a uma edificação de dois pavimentos e a mesma se queixa da falta de privacidade devido ao fato de uma das aberturas do pavimento superior, da casa vizinha ficar encostada com a sua, causando vários problemas de convivência social, no que tange a privacidade. Segundo relata, por seu sanitário ter a porta voltada para a área de serviço, na referida área, parcialmente descoberta e a edificação vizinha ter feito um segundo pavimento a posteriori e instalado tal abertura, ficou recorrente, as vezes, em que ela se percebe avistada pelos vizinhos em trajés domésticos ou envolta em toalhas de banho o que lhe trás muito desconforto.

A solicitante relatou que tentou amigavelmente que o vizinho fechasse a abertura citada, mas não obteve sucesso no seu pedido. Procurou o Juizado de Pequenas Causas para solucionar o problema. O juizado solicitou apresentação de um laudo técnico do local para instrução na deliberação do processo e aconselhou a Sra. Rosenilde procurar a SUCOM para elaboração do laudo. A mesma informou que procurou a SUCOM para solicitar a elaboração do laudo e o órgão informou que não realiza tal procedimento, ficando a mesma desprovida do atendimento a sua necessidade.

IMPORTANTE

Procuramos a SUCOM, com base nas informações da solicitante, o órgão informou que só realiza ação fiscal no local, quando se trata de realização de obra irregular, sem o devido Alvará de Licença ou em desconformidade do mesmo. Ocorre que realmente não existe mais obra no local, o fato teria que ser denunciado - se foi não se tem aqui ciência - quando do decorrer da edificação do pavimento superior. Pelo código civil Lei 10.406/02 art.1301, nenhuma abertura pode se situar a menos de 1,50 (um metro e meio) do limite de do seu lote e edificação vizinha.

SUGESTÃO

Sugerimos que a solicitante procure a Defensoria Pública, instituição que tem o poder legal para conseguir a elaboração do laudo necessário para a instrução do processo ajuizado em pequenas causas. A urgência se faz necessário, pois depois de um ano e um dia do ato, a abertura torna-se uma servidão, não cabendo mais a obrigatoriedade do seu fechamento. A equipe do Consultório se coloca a disposição para outros questionamentos necessários.

MEMORIAL DA ÁREA (foto, croqui, esquema ou planta)

LISTA DE CLIENTES DO CAE:

Cliente	Visita	Data	Relatorio
Antonia das Graças	x		x
Antonio Carlos Pereira	x	22/10/2014	x
Carmem Maria Souza Santos	x		x
Cleuza Souza Santos	x	xxx	x
Cristiene Reis de Lima	x		
Evangelista Conceição-Nenem			
Fred Hudson dos reis Amorim			
Hilda Dantas Costa	x	22/06/2014	x
Jefferson Caetano Brasil			
Jorge Luis Lopes Rocha			
Justina Santana da Silva	x		
Lilian Regina Jesus Novares			
Lindalva dos Reis Amorim			
Luciene Cardoso de Jesus	x	16/05/2014	x
Luiza Franco Pereira	x	22/08/2014	x
Manoel Pereira da Silva	x		x
Maria Alice da Silva Santos			
Maria de Fatima Gaviao	x		x
X Maria do Socorro Castellon Perez	x		
Maria Jucelia Alves do Santos Lopes			
Maria Lucia da Silva	x	18/06/2014	x
X Roselene de Jesus Lima			
Rosemar Rodrigues			
Rosenilde Pereira da Silva	x	23/06/2014	x
Terezinha Pedreira da Anunciação			
Valmira Melo dos Santos	x	22/10/2014	x



CONVITE NA PÁGINA DO FACEBOOK AOS MORADORES DA COMUNIDADE

Pergunte ao arquiteto

04, 06, 11,
18 e 27 de junho
de 9 às 12h
na Biblioteca
Comunitária do
Calabar (BCC)



A equipe de arquitetos e engenheiros da UFBA estará disponível para dar **consultas gratuitas** para moradores do Calabar. No ato da consulta, se possível, traga fotos ou outras informações que ilustrem o problema em questão.